

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Atuação nacional e internacional da República Popular da China  
em busca de segurança alimentar**

**Anita Ouriques Capeletto**

**PORTO ALEGRE**

**Novembro / 2009**

ANITA OURIQUES CAPELETTO

Atuação nacional e internacional da República Popular da China  
em busca de segurança alimentar

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha.

PORTO ALEGRE

Novembro / 2009

Dedico este trabalho àquela que foi e sempre será a dona dos meus sorrisos mais sinceros, dos meus abraços mais apertados, dos meus momentos mais felizes e das minhas mais saudosas lembranças: Rosana Iung Ouriques (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a minha família, Henrique, Roberto e Rosana por todo amor, carinho e dedicação, por todo o apoio e pela maravilhosa oportunidade, que me foi dada, ao ingressar na universidade.

Os meus mais sinceros agradecimentos ao Felipe, por toda a ajuda, cooperação e carinho na elaboração deste estudo.

Aos colegas e aos amigos, um muito obrigado por toda a atenção e auxílio durante a execução desta pesquisa.

Aos professores da UFRGS os meus agradecimentos, pelos ensinamentos e pelas experiências compartilhadas. Ao professor André Cunha, obrigada pela orientação.

## **RESUMO**

Os chineses atualmente possuem vinte e dois por cento da população mundial e 1/15 das terras agricultáveis do planeta. Esta desproporção, somada às características produtivas, ao aumento do padrão de vida e às mudanças alimentares chinesas, levou o governo sino a preocupar-se com a questão da segurança alimentar futura do país. Deste modo, os governantes estão tendo que tomar atitudes no âmbito interno e no externo em busca do suprimento futuro de alimentos.

Palavras Chave: Segurança alimentar, China, alimentos, produtos agrícolas, suprimento de alimentos.

## **ABSTRACT**

The Chinese currently have twenty-two percent of world population and 1 / 15 of the arable land on the planet. This disproportion added to yield characteristics, increased living standards and changing eating have made the Chinese government concerned about the future food security of the country. Thus, the government has to take action at the domestic and external canary to guarantee the Chinese future supply of food.

Key words: Food security, China, food, agricultural products, food supply.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perguntas respondidas pelos teóricos de segurança alimentar.....	17
Quadro 2: Importação chinesa de produtos agrícolas e de alimentos: China-Mundo (2001-2008).....	37
Quadro 3: Produção da China de alimentos intensivos em mão-de-obra.....	40
Quadro 4: Exportações de produtos agrícolas e de alimentos da ASEAN para a China (2001 – 2008).....	42
Quadro 5: Importação de produtos agrícolas pela China da África e do mundo (2001 – 2008).....	45

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ASCENSÃO DA CHINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL .....	12
1.1 POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	14
1.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR.....	16
2.1.1 Hidrografia: problemas com a água.....	21
2 SEGURANÇA ALIMENTAR NA CHINA.....	24
2.1 POLÍTICAS E ESFORÇOS GOVERNAMENTAIS EM BUSCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR CHINESA .....	26
2.2 POLÍTICAS DE USO DE TERRAS.....	31
2.3 CRESCIMENTO, URBANIZAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	33
3 ATUAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL EM BUSCA DE SEGURANÇA ALIMENTAR.....	37
3.1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) .....	39
3.2 ASEAN: ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO.....	45
3.3 ÁFRICA.....	47
3.3.1 Fórum de Cooperação China - África.....	48
3.3.2 Compra de terras.....	49
3.4 AMÉRICA LATINA .....	51
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59

## INTRODUÇÃO

A República Popular da China<sup>1</sup> vem merecendo cada vez mais atenção dos países ocidentais. Com uma *performance* internacional prodigiosa, o país tem provocado olhares atentos das demais nações. Aquele que dantes era o “Império do Meio”, isolado no extremo oriente, hoje se demonstra totalmente adaptado à realidade globalizada e com um potencial almejado por muitos.

A biosfera nunca antes teve que lidar com cerca de 1,3 bilhões de pessoas ao mesmo tempo, começando a escalar a cadeia alimentar vinda de uma dieta de arroz voltada para a subsistência e indo para uma muito mais elaborada com produtos de origem animal, tais como carne de porco e de frango. A responsabilidade do governo chinês de suprir a alimentação da sua população, em um cenário de escassez de água, desertificação, baixa fertilidade do solo e crescimento insuficiente da produção, é sem dúvida, uma questão que merece atenção. Sendo assim, este trabalho concentra-se em analisar a segurança alimentar chinesa.

A questão principal deste estudo é a averiguação de como a China atua nacional e internacionalmente para assegurar o seu fornecimento futuro de alimentos. Buscando assim, abordar a segurança alimentar chinesa sob dois aspectos, o interno e o externo. Essa divisão, nos capítulos dois (aspectos internos) e três (aspectos externos), foi inspirada no jogo de dois níveis de Putnam (1988). Ele afirma que a política internacional das negociações é um jogo de dois níveis: no nível nacional (capítulo dois), os grupos internos pressionam o governo para que ele adote políticas favoráveis aos seus interesses. Diferentemente das teorias Estado-centristas, a teoria dos dois níveis reconhece a inevitabilidade do conflito doméstico sobre o que o interesse nacional requer. Embora na China não haja grupos coesos internos dentre os camponeses, essa pressão poderia ser representada pelo receio do governo sino de uma instabilidade social, originada, por exemplo, pela invasão da China por alimentos originados do mercado internacional; ou por um êxodo rural maior do que o atual, gerando problemas econômicos e sociais.

Já no nível internacional, os governos tentam maximizar a sua capacidade de satisfazer às pressões domésticas, enquanto, ao mesmo tempo, tentam minimizar em

---

<sup>1</sup> Doravante denominada China.

âmbito internacional as conseqüências adversas destas políticas, evitando a insatisfação da população (PUTNAM, 1988). Quanto maior a autonomia dos tomadores de decisão centrais em relação aos do nível 2, maior a probabilidade de se alcançar um acordo internacional. Deste modo, pode-se explicar a entrada da China na OMC, haja vista a série de concessões que o governo chinês fez tais como a eliminação dos subsídios à exportação. Mesmo assim, essa autonomia tem limites: a segurança alimentar e o receio da instabilidade social, o que impede que ela adote outras políticas como a supressão de barreiras a importação de alimentos.

Tendo em vista que os chineses desfrutam de uma posição estratégica na arena internacional e, simultaneamente, que possuem carências de recursos naturais, terão grandes desafios para alimentar a sua população e para manter a sua prodigiosa atuação. Em função disso, o presente trabalho adotará como hipótese central que a segurança alimentar chinesa é buscada por meio da atuação multilateral internacional, seja atuando em organismos internacionais, tais como a OMC, seja através de parcerias com os países da ASEAN, da África e da América Latina, além de por meio de políticas internas para a segurança alimentar. A escolha dessas três regiões para a análise da atuação internacional justifica-se em função da China concentrar parte de seus investimento externos na Ásia (representada neste trabalho pela ASEAN), na América Latina e na América Latina.

Sabe-se que este trabalho não aborda vários aspectos importantes, tanto do ponto de vista mais técnico acerca das características físicas do solo chinês, como em relação a todos os fornecedores de alimentos para os chineses (tais como países desenvolvidos) ou até mesmo em função da limitação da avaliação asiática a ASEAN. Não se pretende com isso ignorar a existência desses temas, nem mesmo minimizar a sua relevância, entretanto, fez-se necessária uma abordagem mais restrita aos aspectos gerais acerca da segurança alimentar e em consonância com a hipótese e a questão desta pesquisa.

Este estudo justifica-se pela relevância da China no cenário internacional contemporâneo e pela preocupação crescente em relação ao seu suprimento alimentar. Somado a isso, esta é uma busca bastante atual e está começando a ocorrer. Este trabalho pode ser importante para todas as pessoas que, por motivações pessoais, profissionais ou acadêmicas, busquem aprofundar seus conhecimentos sobre a segurança alimentar chinesa.

O trabalho pôde ser realizado devido à disponibilidade de bibliografias para consulta. Por meio de bancos de dados de sites de alguns organismos internacionais foi possível obter uma série de informações relevantes e que estão presentes nessa pesquisa. Além do mais, autores renomados, sinólogos, estudiosos e curiosos sobre as realidades chinesas possibilitaram a viabilidade deste estudo.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, inicialmente, é apresentada a ascensão da China no cenário internacional, abordando uma breve retrospectiva da fase isolacionista chinesa até a sua abertura para o exterior, iniciando a sua ascensão pacífica. Em um segundo momento, são feitas considerações acerca da política externa chinesa, bem como destacando as mudanças ocorridas na atuação chinesa no pós-Guerra Fria. Seguido a isso, conceitua-se a segurança alimentar, relatando toda a sua abrangência e dificuldade de delimitação. E por fim, são abordados os recursos naturais na China, seus problemas e desafios.

No segundo capítulo adentra-se na questão da segurança alimentar chinesa propriamente dita. Nesta etapa, como já foi mencionado anteriormente, o foco está nas ações domésticas em busca da segurança alimentar. Primeiramente, são relatadas políticas e esforços governamentais em busca da segurança alimentar chinesa, enfatizando nesse item a auto-suficiência em grãos e a viabilidade de fornecimento de alimentos para os habitantes. Logo após, é relatada a política de uso de terras na China, buscando explicitar as características das áreas agrícolas chinesas, bem como seus modos de produção e as mudanças promovidas pelo governo para o seu melhoramento. Num terceiro momento, discorre-se sobre crescimento, urbanização, alimentação e a relação desses com a segurança alimentar.

No último capítulo analisa-se a atuação internacional da China em busca de segurança alimentar. Primeiramente, trata-se da entrada da China na OMC e dos reflexos positivos ou negativos disso na segurança alimentar e no setor agrícola chinês. Em sequência, analisa-se a relação entre China e ASEAN, ressaltando os aspectos mais importantes para a questão de suprimento alimentar. Finalmente, parte-se para a análise das tão observadas e sabidas relações, primeiramente com a África e em seguida com a América Latina.

## **CAPÍTULO 1**

### **ASCENSÃO DA CHINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

São poucos os países que tem tão intensa noção de defesa de seu interesse nacional como a China. Um dos traços mais salientes deste país refere-se à busca constante pela recomposição de uma imagem de realce do cenário internacional. A China teve um passado grandioso, desde momentos de riqueza e prosperidade até debilidade e fraqueza diante de novos protagonistas da política mundial. Entretanto, sempre esteve na mentalidade chinesa a certeza de que era preciso restaurar a aura de glória inerente a sua potência e resguardar o lugar que lhe era adequado no mundo, ou seja, uma posição de destaque entre os grandes detentores dos comandos decisórios do sistema internacional (ABI-SAD, 1996).

A China dinástica foi considerada um “império sem vizinhos” devido a sua preponderância geopolítica e geoestratégica. Não haviam embaixadores acreditados junto ao imperador chinês, sendo recebidos apenas emissários de outras regiões ou reinos, encarregados de prestar tributo periódico de vassalagem. Era inegável a existência de uma espécie de “comando indiscutível” em assuntos envolvendo interesses externos diante de outros povos, deste modo, consolidava a imagem de Império do Meio (ABI-SAD,1996).

Quando a fase de isolamento do antigo Império findou-se, teve início um longo e doloroso período de aprendizado e de convivência com outros grandes interlocutores da cena internacional em difícil, conflituoso e delicado relacionamento. Em 1º de outubro de 1949 nasceu a Republica Popular da China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

A China emergiu em meio a um cenário internacional em fase de redefinição estrutural, no momento em que começava a ser delineado um novo perfil de equilíbrio de poder em toda Ásia e no resto do mundo, tendo isso influenciado a sua atuação. Para o novo regime, a defesa da integridade territorial, a segurança contra investidas externas e seu reconhecimento internacional eram consideradas as questões prioritárias, evidenciando forte preocupação com a proteção dos interesses nacionais, como uma contrapartida ao passado dominado por estrangeiros.

Neste sentido, Chu En-Lai, o pai da diplomacia chinesa, direcionou a sua atuação para a recuperação dos territórios chineses sob controle estrangeiro. Frente à

necessidade de apoio financeiro e militar, no conturbado cenário da Guerra Fria, Mao Tsé-Tung manteve as relações estreitas com a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) e apesar das limitações do apoio soviético, essa aproximação foi importante para proteger, e de certa forma, garantir a consolidação do regime socialista, além de possibilitar seu reconhecimento imediato por parte de outras nações (HUTTON, 2008).

Com a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, ascendeu ao poder Deng Xiaoping como líder máximo chinês, gerando um forte impacto sobre a forma de conduta das relações exteriores chinesas. As reformas por ele realizadas inspiraram-se nos quatro princípios de modernização enunciado em 1975 por Chu En-Lai, cujos objetivos eram melhorar o setor industrial, a agricultura, a defesa e a ciência e a tecnologia. Deng Xiaoping entrou para a história como o estrategista das reformas que permitiram à China quadruplicar a sua economia em 25 anos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

A emergência da China tem sido impulsionada pelo capital, pela tecnologia e pelos recursos adquiridos por meios pacíficos, diferentemente do que outras potências emergentes fizeram no decorrer da história. A escolha feita pelos chineses de abraçar a globalização econômica em vez de desligar-se do resto do planeta, foi muito estratégica segundo Bijian (2005). Baseados no julgamento de que o desenvolvimento da China estava relacionado a um mundo mais aberto, Deng Xiaoping e outros líderes decidiram aproveitar a oportunidade histórica e modificar o foco para o desenvolvimento econômico.

A China baseou seu processo de modernização principalmente em recursos domésticos. Confiou principalmente em inovações ideológicas e institucionais e na reestruturação industrial. Ao explorar o crescente mercado interno e à transferência da enorme poupança pessoal dos seus cidadãos em investimento, a China introduziu sua economia em um novo momento, aumentando a capacidade produtiva dos chineses e acelerando sua evolução tecnológica. Mesmo durante a tentativa de aprender e absorver produtos úteis em outras sociedades, incluindo as dos países capitalistas avançados, a China tem mantido a sua independência e auto-suficiência (BIJIAN, 2005).

Na persecução do objetivo da sua ascensão pacífica<sup>2</sup>, os líderes chineses se esforçaram e ainda o fazem para fomentar as relações chinesas com outros países do

---

<sup>2</sup> Este termo foi idealizado por intelectuais, tais como Zheng Bijian (2005, 2006), e foi utilizado pelas altas lideranças do regime pela primeira vez em 2003. O conceito tornou-se polêmico, dentro e fora da China. Nacionalistas chineses preocupavam-se em não transmitir uma imagem de frouxidão no trato da “questão” Taiwan. Estrategistas mais moderados temiam que o mundo interpretasse a idéia de ascensão ao conceito de confronto no futuro. Observadores ocidentais passaram a questionar os objetivos chineses. Por

mundo. A China tem adotado uma postura de acomodação de antigos conflitos territoriais, abrindo mão de posições rígidas, e sinalizando que sua ascensão pretende mesmo ser pacífica. Tem sido notável a ampliação na participação em organismos multilaterais regionais e globais, com o país evitando atuar de forma isolada. Beijing passou a acreditar piamente que existem mais oportunidades do que desafios para o seu país no cenário internacional atual. Entretanto, dentre os desafios a serem enfrentados estão a escassez de recursos, algumas questões ambientais e a desigualdade entre desenvolvimento econômico e social (BIJIAN, 2005, CUNHA; ACIOLY, 2009).

Os chineses possuem como delineamento geral de suas estratégias de crescimento os Planos Qüinqüenais. A China os utiliza, desde 1953, para a condução de sua economia, com o intuito de norteá-la e planejá-la. Por meio destes, é feita a definição das metas, o direcionamento do desenvolvimento econômico e social do país, o ordenamento dos principais projetos e obras, o gerenciamento da distribuição das forças produtivas e a contribuição de setores individuais para a economia chinesa. Geralmente, a elaboração do plano é iniciada três anos antes de cada qüinqüênio-base (TREVISAN, 2006). Atualmente, está em vigor o 11º Plano sendo ele marcado pela nova fase de condução da política econômica chinesa e foi formulado a partir da análise dos constrangimentos internos e externos que serão enfrentados, além de representar um programa com o intuito de construir uma base cada vez mais sólida para o desenvolvimento chinês (BIJIAN, 2006)

Enfim, para as próximas décadas, os chineses estarão preocupados em assegurar uma vida confortável e decente para todo o seu povo. A fim de que isto ocorra, certamente, os governantes deverão pensar alternativas para a busca de alimentos. Antes de serem feitas considerações a esse respeito, serão analisadas algumas características relevantes acerca da política externa chinesa.

## **1.1 POLÍTICA EXTERNA CHINESA**

Após o final da Guerra Fria, a condução da política externa chinesa ganhou novas características. Dentre as mudanças ocorridas destacam-se três elementos principais, sendo eles, o aumento da participação nos foros multilaterais, maior ênfase

---

conta disso, no começo de 2004, Hu Jintao passou a falar em “desenvolvimento pacífico”. Em 2005 o Conselho de Estado elaborou melhor a visão chinesa, então denominada “Trajetória Chinesa de Desenvolvimento Pacífico” (CUNHA, ACIOLY; 2009).

nas relações com as potências e a utilização da diplomacia como instrumento garantidor de recursos essenciais (XAVIER, 2008).

A diplomacia chinesa atualmente tem como característica relevante a atuação em foros internacionais. Essa nova percepção está relacionada ao fato de os chineses acreditarem ser mais vantajoso se expor aos constrangimentos e imposições das negociações multilaterais a correr o risco de voltar à fase de isolamento. Isso acaba por refletir uma visão mais prática das relações internacionais e uma maior institucionalização na construção da política externa, buscando usufruir dos instrumentos diplomáticos pré-existentes, objetivando a garantia da defesa de seus interesses próprios de modo mais eficaz (MEDEIROS; FRAVEL, 2003).

Segundo Goldstein (2001), esse enfoque multilateral dos chineses seria uma forma segura de garantir o acesso e o abastecimento de recursos energéticos. O governo chinês desempenha um papel importante na tentativa de aproximação com países fornecedores de matérias-primas, de modo a desenvolver relações de confiança e de reciprocidade (ZWEIG, JIANHAI, 2005). Um exemplo disso pode ser dado através da parceria estratégica sino-brasileira.

O estabelecimento da política externa chinesa passou a ver o país como uma grande potência emergente com inúmeros interesses e responsabilidades e não mais como a nação vitimizada das eras de Mao e de Deng Xiaoping (MEDEIROS, FRAVEL, 2003). Atualmente, os chineses se utilizam ativamente dos meios diplomáticos para garantir acesso a recursos estratégicos principalmente energia e matérias-primas. Somado a isso a política externa chinesa tem sido guiada pela necessidade, sem precedentes, de recursos devido ao elevado crescimento econômico, pela urbanização acelerada e pelo aumento do padrão de consumo de uma parte da população (ZWEIG, JIANHAI, 2005).

É importante observar no que tange a atuação externa chinesa, a relevância dos fatores internos do país, como forma de legitimar o Partido Comunista no Poder e como manutenção do crescimento (KONBERG; FAUST, 2005). Ademais, é relevante ressaltar que o governo chinês possui - definidos constitucionalmente - além da política externa independente, cinco princípios que segue firmemente, sendo eles: respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de outro país, igualdade de benefícios recíprocos e coexistência pacífica. É com base neles que atua no cenário internacional (EMBAIXADA DA CHINA, 2009).

Em suma, conforme mencionado por Goldstein (2001), o principal desafio de Beijing, tem sido - em uma era de primazia americana – estabelecer uma política externa que facilite a sua ascensão como potência e que mantenha a segurança do país. A atuação externa chinesa, deste modo, age consoante às necessidades políticas, econômicas e militares da grande estratégia do país.

No próximo tópico será caracterizado o conceito de segurança alimentar, para que posteriormente possa ser abordada a segurança alimentar na China.

## **1.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

O termo segurança alimentar surgiu na literatura internacional nas décadas de 1960 e 1970. O interesse público na segurança alimentar global e doméstica cresceu no mundo rapidamente após a crise do petróleo e a crise alimentar de 1972-74. Com a fome Africana de 1984-85, com o aumento do número de pessoas à procura de assistência alimentar nos países desenvolvidos e com o número crescente de bancos de alimentos nos Estados Unidos e Canadá, a literatura sobre segurança alimentar cresceu rapidamente (TORONTO PUBLIC HEALTH, 2006).

O conceito de segurança alimentar envolveu-se e expandiu-se pelos tempos a fim de integrar uma ampla gama de assuntos relacionados a alimentos e para refletir de forma mais completa a complexidade das questões e da importância dos alimentos na sociedade humana. Definições recentes têm tido um foco quase exclusivo na habilidade das regiões ou nações em assegurar fornecimento adequado de alimentos a sua população, com atenção, também, no papel do alimento como um veículo nutricional. Entretanto, o alimento tem um significado muito além daquele meramente nutricional, podendo ter uma importância simbólica, cultural, social e política. A segurança alimentar, como um conceito objetivo, tem se expandido para explicitar cada vez mais essa complexidade. A evolução do pensamento sobre esse assunto reflete que os objetivos das sociedades ultrapassam a sua capacidade de produzir e importar alimentos em quantidade suficiente. Passam a ser relevantes questões relacionadas à distribuição, disponibilidade e aceitabilidade dos alimentos produzidos ou adquiridos (BARRET, 2002).

Maxwell e Frankenberger (1992) descreveram uma série de definições sobre este tema na seguinte frase: segurança alimentar é o “acesso seguro o tempo todo à quantidade suficiente de comida”<sup>3</sup>. A forma como os termos são arranjados nessa definição gera algumas controvérsias, como por exemplo, alguns autores têm a perspectiva de que comida suficiente significa o necessário para sobreviver, enquanto outros, particularmente aqueles que propõem conceitualizações mais recentes sobre o assunto, que é a quantidade suficiente de alimentos para a manutenção de um estilo de vida ativo e saudável.

Em que pese a existência de diferentes definições de segurança alimentar, elas normalmente respondem a cinco questões específicas no que se refere à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos na sociedade humana, sendo elas explicitadas no quadro 1.

Quem deve ter acesso a alimentos?	Todas as pessoas (universalidade).
Quando?	Em todos os momentos/ acesso sustentável (estabilidade).
Como?	Por meio de canais normais de distribuição de alimentos/ não por meio de programas de assistência emergenciais (dignidade).
Quanta comida?	Suficiente / suficiente para uma vida ativa e saudável (quantidade).
Que tipo de alimentos?	Saudáveis e nutritivos Culturalmente apropriados Produzido em ambientes sustentáveis que promovam comunidades mais fortalecidas.

Quadro1: Perguntas respondidas pelos teóricos de segurança alimentar (TORONTO PUBLIC HEALTH, 2006).

A forma específica em que estas questões ou componentes são abordadas por diferentes definições podem variar conforme o foco geográfico, o ponto de partida conceitual, a prioridade de programação ou o nível de análise do autor. O nível de análise é consideravelmente importante para o entendimento da utilização da segurança alimentar no longo prazo. Ela pode ser utilizada com um foco em questões relativas a alimentos em vários níveis, desde a segurança no mundo, no âmbito regional, no

<sup>3</sup> “Secure access all times to enough food”. Tradução livre.

nacional, no comunitário, no familiar e no individual. Nenhum desses níveis pode ser claramente separado dos outros, todavia os significados podem ser diferentes. (TORONTO PUBLIC HEALTH, 2006).

Em suma, e conforme relatório da FAO (2003), a segurança alimentar pode ser descrita como um fenômeno relacionado a indivíduos. Ela existe quando todas as pessoas têm acesso físico, econômico e social a uma quantidade de comida suficiente, segura e nutritiva cumprindo suas necessidades alimentares e preferências para uma vida ativa e saudável. Dessa forma, é aplicando esse conceito que o presente estudo analisará a busca da China por segurança alimentar, entretanto, primeiramente serão feitas algumas considerações acerca dos recursos naturais chineses, recursos estes fundamentais para o entendimento da busca chinesa por alimentos.

### **1.3 RECURSOS NATURAIS**

Um dos efeitos do crescimento econômico rápido da China tem sido uma utilização muito intensa dos recursos naturais disponíveis, especialmente da água para a agricultura. A China possui carvão, minério de ferro, petróleo, gás natural, mercúrio, estanho, tungstênio, antimônio, manganês, molibdênio, vanádio, magnetita, alumínio, chumbo, zinco, urânio, e um grande potencial hidrelétrico (o maior do mundo) (CIA, 2009).

Apenas 14,86% do total de terras do país são aráveis e 1,27% dessas terras possui cultura permanente (CIA, 2009). Entretanto, concomitante ao crescimento acentuado da economia chinesa, as terras cultivadas vem diminuindo cada vez mais. Entre os anos de 1978 e 1996, a área total cultivada diminuiu em 4,73 milhões de hectares. A maior parte das perdas se deu nas províncias centrais e costeiras, onde as terras são relativamente férteis e o índice de múltiplas culturas é alto. Nos anos 1990 aumentaram as preocupações em relação a essas perdas de terras, primeiramente em função do “alerta de Brown” que será comentado no próximo item e em segundo devido a crise do mercado de grãos, que teve início no final de 1993 com a escassez da oferta de arroz em algumas zonas do sul. Em função disso, o pânico rapidamente espalhou-se para o norte e tornou-se uma crise nacional (YANG, LI, 2000).

Geograficamente, os recursos do solo, em termos de produtividade e aptidão para uso agrícola, são distribuídos de forma desigual em todo o país. Aproximadamente

90% dos recursos do solo, que são usados para produções agrícolas e florestais, estão concentrados na região das monções a qual cobre menos da metade do território do país. No leste da China, especialmente nas províncias costeiras com condições climáticas favoráveis para a produção agrícola, os recursos do solo são extremamente escassos (CHEN, 2007).

Segundo Nassar e Nogueira (2007), os dados de uso corrente da terra na China demonstram que o país já ocupa produtivamente grande parte de sua área agricultável, possuindo apenas 2,7%, ou cerca de 26 milhões de ha, que são apropriados para agricultura e que ainda não estão sendo utilizados. O país já cultiva cerca de 122 milhões de ha (12,7% da área total do país), os quais poderiam ser incrementados em cerca de 20%. Embora, as áreas de pastos sejam de grande monta (262 milhões de ha), não são conversíveis para produção agrícola, sobretudo porque estão em regiões de clima temperado e de baixas temperaturas, nas regiões noroeste e norte do país. Ademais, o governo sino estima que existam, nessas regiões, cerca de 260 milhões de ha de terra com problemas de desertificação. Desse total, estima-se que 68% sejam de pastagens e 23% de terra para agricultura.

Além dessa distribuição desigual das terras, os chineses ainda sofrem de outro mal: a poluição dos solos. A área total da poluição dos solos cultivados na China acredita-se ser muito maior do que se imaginava. Segundo a estimativa realizada pelos especialistas da Academia Chinesa de Ciências (CAS), a área cultivada de solos contaminados por metais pesados é responsável por 20 milhões de hectares (quase um sexto do total de terras cultivadas) causando uma perda anual de produção de grãos de 10 milhões de toneladas. Na China, os solos poluídos encontram-se principalmente nas áreas de cultivo intensivo e nas zonas periurbanas. Descargas não tratadas de fluidos industriais, resíduos urbanos, utilização inadequada de agrotóxicos são algumas das principais causas dessa poluição (CHEN, 2007).

A poluição do solo também foi causada por esgotos industriais e urbanos e águas superficiais poluídas por meio da irrigação e de inundações. Devido ao aumento da urbanização e da industrialização, a poluição ameaça a maioria dos recursos hídricos da China. Devido à rápida diminuição da disponibilidade de abastecimento de água potável, alguns córregos poluídos têm sido comumente usados para irrigação. Nas regiões em que os recursos hídricos são seriamente escassos, por exemplo, em zonas periurbanas do norte da China, os esgotos urbanos e efluentes industriais são utilizados

para irrigar campos agrícolas, pomares e hortas. Tais terras irrigadas diretamente por águas residuais urbanas não tratadas e de efluentes industriais representaram 0,51 milhões ha (WANG; LIN, 2003).

A expansão da produção de alimentos e do setor agrícola chinês aconteceu de maneira desigual entre os diversos setores. Enquanto a produção vegetal, incluindo cereais, oleaginosas, frutas e vegetais cresceu 100% de 1990 a 2006, o valor da produção da pecuária (incluindo produção de suínos, aves e gado bovino) atingiu 277% de crescimento para o mesmo período. Muito do fenômeno agrícola chinês pode ser entendido através desses percentuais de crescimento. Grande parte do baixo crescimento da produção agrícola, pelo menos em relação à média do setor agropecuário, de pesca e florestal, é explicada pelo menor desempenho da produção de grãos, cereais e oleaginosas, o qual está relacionado ao fato de serem estes produtos intensivos em terra e serem produtos cultivados no nordeste e no norte do país, regiões com menor disponibilidade de água, como será explicitado melhor no próximo item, e dependentes de irrigação (NASSAR; NOGUEIRA, 2007).

Conforme Nassar e Nogueira (2007), o baixo crescimento da produção de grãos pode ser explanado também em função das deseconomias de escala. A pulverizada estrutura de produção chinesa é fator restritivo a promoção de ganhos de eficiência na produção de grãos, sobretudo quanto à logística e a mecanização. Entretanto, a pequena escala dos produtores não tem sido impedimento para a adoção de tecnologias de produção. No entanto, as restrições de água e terra são determinantes do nível de eficiência e do aproveitamento máximo dos insumos utilizados. No que tange a produção de animais, as restrições de terra e água e a pulverização da estrutura fundiária não são necessariamente determinantes da eficiência da produção. Embora, a soja seja uma restrição na realidade chinesa, pois o país depende fortemente de importações, a produção de suínos e de aves tem demonstrado capacidade de crescer acompanhando o crescimento da demanda.

Um dos maiores fatores de restrição à expansão da produção agrícola chinesa é a estrutura produtiva. Cerca de 30% das propriedades rurais, de um total de 250 milhões, têm área de até 0,2 ha. Esse grupo é o chamado “agricultura de jardim”. Dos 70% restantes, cerca de 62,5% têm propriedades entre 0,2 e 1 ha. Na produção de animais, a situação não é diferente. Mais de 60% dos produtores de suínos têm menos que 50 animais, 70% dos de bovinos têm menos do que 10 animais e 55% dos produtores de

aves e ovos têm menos do que 2.000 aves (NASSAR; NOGUEIRA, 2007). Percebe-se assim, não só problemas em relação à disponibilidade de recursos naturais, mas também de modo de produção, de cultura agrícola e de divisão da agricultura.

A agricultura chinesa possui 56518 mil hectares de terras irrigadas e um total de 2.829,6 km<sup>3</sup> de recursos de água renováveis (CHINA STATISTICAL YEAR BOOK, 2008). Sendo assim, a escassez de água é um problema bastante sério na realidade chinesa e por isso será tratada separadamente no próximo tópico.

### **2.1.1 Hidrografia: problemas com a água**

Em verdade, hidrologicamente existem duas Chinas - a do sul, úmida, que inclui a bacia do Rio Yangtze e tudo ao sul dela, e a do norte, que inclui toda a região ao norte da bacia do Yangtze. O sul caracteriza-se por possuir um terço da área agrícola da nação e quatro quintos de sua água. O norte possui dois terços da área agrícola e um quinto da água. A água por hectare de terra agrícola no norte é um oitavo da água do sul (SONNTAG et al, 2005).

A situação chinesa é bastante preocupante, a região norte do país está cada vez com maior escassez de água à medida que a demanda hídrica ultrapassa a oferta. Os lençóis freáticos diminuem, os cursos de água estão se exaurindo e alguns rios e lagos desaparecendo. Abaixo da Planície Norte, uma região que se estende do norte de Xangai até o norte de Beijing e que produz 40 % dos grãos, o lençol freático está diminuindo a uma taxa média de 1,5 metros por ano (BROWN, 2001).

Os fazendeiros do norte enfrentam perdas de água de irrigação tanto pela exaustão dos aquíferos quanto pelo desvio da água para as cidades e indústrias. Até 2010, o Banco Mundial prevê que a demanda urbana de água aumentará de 50 bilhões de metros cúbicos para 80 bilhões, um crescimento de 60 %. Na maior parte da região norte, essa demanda crescente por água só poderá ser atendida por meio do desvio da água da irrigação (BROWN, 2001). E é justamente esta questão que interessa bastante a este estudo, tendo em vista que tudo que acontece com a água da irrigação afeta diretamente as perspectivas agrícolas da China, logo a sua produção de alimentos. Enquanto menos de 15 % da produção americana de grãos provém de terras irrigadas,

na China isto chega a quase 70 %. Na disputa pela água entre cidades, indústrias e agricultura, a análise econômica não favorece esta última.

A oferta de água apresenta dois problemas principais, conforme Nassar e Nogueira (2007): o primeiro deles relacionado à limitação per capita, embora a disponibilidade total seja elevada, é limitada em termos per capita; o segundo é que a oferta de água proveniente das chuvas é insuficiente, mesmo no verão, nas regiões noroeste e norte, forçando o uso de irrigação para produção de grãos. O país, no entanto, convive com problemas de perda de produção decorrentes de enchentes e transbordamentos, mas esses fenômenos ocorrem, sobretudo, no sul. O problema central da baixa disponibilidade per capita de água é que o setor agrícola, maior consumidor da água, com cerca de 63,5% do total em 2005, sofre competição crescente dos setores industriais e dos consumidores urbanos.

Em agosto de 2002, o Ministro de Ciências e Tecnologias advertiu que a crise de recursos hídricos ameaça a sobrevivência chinesa. Embora, essa tenha sido uma declaração que se referia ao futuro, em 2002 a província de Shandong sofreu uma forte seca (já havia sofrido outra forte seca em 2000). Ao longo do rio Yangzi, que normalmente apresentava um excesso de água, foi relatado por 30 cidades uma escassez “grave” de água. Conforme dados divulgados em novembro de 2005, 400 de 669 cidades chinesas sofrem secas todos os anos, enquanto 136 apresentam escassez severa de água. No ano de 2007, aproximadamente cinco milhões de pessoas passaram por escassez de água (JANES, 2009).

A seca do ano 2000 levou a um renascimento dos planos inicialmente delineados por Mao em 1952 para desviar bilhões de toneladas de água do sul do país para o norte, através de um canal e de uma rede de gasodutos. A cota de água per capita em Beijing é inferior a 300 m<sup>3</sup>, um oitavo da média nacional. Desviar a água tem sido a causa de descontentamento popular na China, visto que inúmeras vezes a população que cede a água fica sem ela para a agricultura (JANES, 2009). A China não está sozinha nesse confronto com a escassez da água. Em outros países a escassez da água também está elevando as importações de grãos ou ameaçando fazê-lo tais como na Índia, no Paquistão, no Irã, no Egito e no México, além de muitos outros países menores.

O desvio da água é apenas uma das limitadas soluções de suprir a demanda chinesa por recursos hídricos. O problema ocasionou mudanças na qualidade da terra e respostas de política oficial. Em fevereiro de 2001, uma lei anti-desertificação foi

elaborada em uma tentativa de travar a rápida expansão do deserto em toda a China. Cerca de 100.000 km<sup>2</sup> tornou-se deserto desde a década de 1950 com a expansão anual da desertificação, passando de 2.460 km<sup>2</sup> em 1985-95 para 10.400 km<sup>2</sup> nos últimos anos. Tanto a degradação da terra quanto a desertificação definitiva são motivos de preocupação oficial. O problema é acentuado pelo uso excessivo de água subterrânea, na fronteira econômica da China no nordeste e no norte (JANES, 2009).

Os efeitos da desertificação não se limitam às províncias atingidas diretamente. Em junho 2002, cientistas chineses revelaram que as tempestades de poeira que vem afligindo centros urbanos no nordeste da China, com gravidade crescente nos últimos anos, devem-se principalmente a desertificação causada pelo homem. A análise de partículas de poeira depositadas durante essas tempestades mostrou que 52% vieram de pastagens degradadas e 30% de campos estéreis de exploração agrícola. No mesmo mês, estimou-se que a desertificação e a erosão dos solos na várzea do rio estavam custando para o governo 0,6-0,9 por cento do PIB anualmente (JANES, 2009).

Logo, vistas essas características tão importantes na realidade chinesa e tão significativas e diretamente relacionadas à produção de alimentos, passa-se a análise das ações em busca de segurança alimentar chinesa no âmbito nacional.

## CAPÍTULO 2

### SEGURANÇA ALIMENTAR NA CHINA

Tem sido reconhecido o esforço da China para produzir o suficiente para alimentar sua crescente população. Ter que alimentar mais de um quinto da população mundial com apenas 1/15 das terras aráveis do mundo, é um grande desafio. O futuro da segurança alimentar chinesa é um tema de crescente preocupação do Estado. Em primeiro lugar, porque embora a produção alimentar da China tenha crescido ao longo das últimas décadas, no decorrer dos anos as flutuações da oferta de alimentos e dos preços foram significativas. A estabilização do mercado e da inflação dos preços dos alimentos está entre os principais alvos da política do governo desde a década de 1980. Os governantes chineses consideram que a manutenção de um nível relativamente elevado de auto-suficiência alimentar, evitando choques de oferta, e a estabilização dos preços ao consumidor, questões de segurança nacional e de estabilidade (FAO, 2003).

O governo chinês, de forma cautelosa, modificou a estrutura até então vigente - ainda montada nos antigos moldes soviéticos - e promoveu o início de uma reforma no sistema agrícola do país, ainda sob o espírito das reformas de 1979. Praticamente, todo o sistema obsoleto foi substituído por “contratos de responsabilidades”, entre o governo e os agricultores. Tal medida foi adotada com o intuito de controlar o suprimento interno, problema que preocupa os chineses (BANCO MUNDIAL, 2008). Na maioria das vezes, o Estado fornece a terra e as administrações provinciais os equipamentos, fertilizantes e sementes; recebendo, em contrapartida, parte da produção. O restante fica para a família do camponês a fim de que possa ser comercializado, a preço de mercado, em feiras locais (TREVISAN, 2006).

Embora, essas mudanças no setor agrícola tenham colhido certo êxito, as disparidades entre este setor e o industrial ainda são facilmente observadas. No país percebe-se um aumento das desigualdades de renda, contraste entre o Leste – desenvolvido, pólo de atração de investimentos e ostentador de forte crescimento de cidades como Xangai, Beijing, Macau e Hong-Kong – e o Oeste – ainda agrário e gerador de ondas migratórias de camponeses em busca de emprego do interior para o litoral. Tendo consciência dessa heterogeneidade entre campo e cidade, o governo sino tem dedicado especial atenção para questões agrícolas, tendo as incluído no seu plano

qüinqüenal. No 11º Plano há o slogan “uma nova área rural socialista”, visando melhorar a infra-estrutura, expandir os serviços médicos e tornar a educação mais acessível às zonas rurais (SHIN, 2008).

O governo sino também adotou recentemente medidas para estabilizar o abastecimento nacional de alimentos e para estabilizar o mercado, muitas dessas atitudes em função de uma série de estudos recentes realizados por organizações nacionais e internacionais levarem ao consenso de que, embora o aumento das importações de cereais da China não crescerá acentuadamente e a nação permanecerá em um nível elevado de auto-suficiência alimentar nas próximas décadas, a longo prazo, a segurança alimentar chinesa será uma questão de importância tanto nacional quanto internacional. O tamanho da economia e seu rápido crescimento farão do país uma influência crucial no desenvolvimento futuro dos mercados mundiais de entradas e saídas de produtos agrícolas e alimentares, no agronegócio e na indústria (JIANG, 2003).

Da mesma forma que em outros países asiáticos, segurança alimentar na China está muito relacionada com auto-suficiência alimentar ou com auto-suficiência de grãos, em função do tamanho da população, o que tornaria a busca por alimentos somente no mercado internacional algo muito difícil. A meta estabelecida pelos chineses foi de 95% de auto-suficiência em grãos (JIANG, 2003).

Brown (1995) construiu um cenário bastante assustador acerca das perspectivas dos suprimentos e da demanda chinesa por alimentos, constatando que a falta de alimentos na China iria afetar profundamente o suprimento de alimentos no mundo e que prejudicaria alguns países em desenvolvimento. Ele afirma que a população crescente da China com todo seu desenvolvimento econômico está aumentando a demanda por grãos e, ao mesmo tempo, levando a uma diminuição das terras aráveis. Esta queda na área plantada estaria ocorrendo simultaneamente ao aumento induzido de problemas ambientais como a escassez de água e a erosão do solo. Segundo Brown (1995), a combinação de um rápido crescimento econômico e a degradação do meio ambiente vão levar a China a aumentar suas compras de cereais no mercado mundial e isso levará ao aumento dos preços, impactando, particularmente, aqueles que vivem em países pobres. A partir disso, ele sugere que as nações mais pobres serão mergulhadas na fome, levando a uma redefinição da segurança global em termos de estoques de alimentos, em vez de questões militares.

Embora, os argumentos de Brown tenham sido desditos por governantes chineses e por alguns sinólogos e tenham sido encontradas evidências de erros nos seus dados e análises, eles aumentaram as preocupações sobre a capacidade de suprimento de alimentos da China. Além disso, em relação aos prognósticos de Brown, deve-se levar em conta o *timing* da sua publicação como um fator importante. Na arena do mercado financeiro internacional houve tremores inesperados nos mercados de commodities atribuídos a entrada dos chineses nestes mercados (HEIM, 1995). Somado a isso, estava ocorrendo um interesse crescente na relação entre mudança ambiental e desenvolvimento econômico, particularmente em regiões específicas do mundo chamadas de *'hot-spots'*, e uma preocupação com a escassez de recursos como uma possível indutora de conflitos, incluindo a China como uma dessas regiões (BOLAND, 2000). Dada esta realidade que Brown embasou seus estudos. O papel dele, em verdade, no que tange a segurança alimentar chinesa foi de alertar ao país e ao mundo que o suprimento de alimentos chinês afetará o planeta como um todo.

Enfim dada essa realidade, este capítulo tem como intuito explanar primeiramente as políticas e esforços governamentais em busca da segurança alimentar. Posteriormente, são feitas considerações acerca da política do uso de terras na China, e seguido a isso será abordado o crescimento, a urbanização, a alimentação e segurança alimentar. Essa etapa do trabalho representa o segundo nível de Putnam (1988), no qual em vez de discussões com os vários grupos da esfera doméstica, conforme propõe o autor, verifica-se a atuação do governo em prol do aumento da produtividade e do aumento da segurança alimentar interna, em função do temor de uma crise social e de problemas que podem ocorrer devido à insatisfação dos camponeses ou a distúrbios sociais ocasionados pelo êxodo rural ainda mais acentuado, pelo desemprego e por tantos outros problemas.

## **2.1 Políticas e esforços governamentais em busca da segurança alimentar chinesa**

As políticas de segurança alimentar chinesas concentram-se basicamente na auto-suficiência em grãos e na viabilidade de alimentos para os habitantes, especialmente os urbanos. Essas ações têm incluído políticas de auto-suficiência, comercialização de grãos e políticas de reserva de grãos (LOHMAR, 2002)

Políticas de auto-suficiência foram tidas como metas de modo mais efetivo desde 1995, principalmente em função dos “avisos de Brown”. A auto-suficiência não só era requerida no nível nacional, mas também no nível local. Sob a atuação da *Governor Grain Bag Policy* (GGBP) estabelecida em 1995, governantes provinciais foram requisitados a ser responsáveis pela auto-suficiência nas suas jurisdições. A fim de atingir todas as metas, os governantes instruíram seus subordinados a aumentar plantações, colheitas e produção de grãos. Em função disso, praticamente todas as localidades tinham suas próprias cotas de produção para atingir. Os aumentos no nível produtivo eram alcançados gerando algumas perdas de eficiência, uma vez que a prática ignorava vantagens locais. Perdas de terra cultivada tinham de ser compensadas pela recuperação de uma nova terra, pela reabilitação de terrenos degradados ou pela reutilização de terras desertas. Nas províncias em que não havia terras disponíveis a recuperação da terra perdida podia ser feita em outra parte do país, sob a competência e supervisão do Conselho de Estado (YANG, LI, 2000).

Embora, essa política tenha sido abrandada após a entrada na OMC, ela ainda vigora. Segundo Hongbin (2008), este sistema auxilia a assegurar o suprimento alimentar a nível central e local e foi estabelecido para reforçar a consciência das localidades para garantir a segurança alimentar. As principais regiões produtoras devem trabalhar para o desenvolvimento do direito pleno da sua indústria de grãos, servindo como motor de abastecimento de grãos às principais regiões de comercialização e para o suprimento das regiões que ainda não tenham atingido a auto-suficiência.

Associadas à auto-suficiência e à produção de grãos estão a comercialização e a política de preços. O governo sino intervinha na produção e no mercado de grãos por meio de cotas e de contratos de compra através da rede de agências estatais. Antes do início das reformas de 1979, os objetivos das políticas eram a produção de grande quantidade de alimentos baratos com o intuito de suprir a demanda dos residentes das cidades e também para a exportação, a fim de ganhar divisas para a importação de tecnologia avançada e de equipamentos, além de desenvolver indústrias nas áreas urbanas (FAO, 2003).

Desde as reformas econômicas, a comercialização de grãos e as políticas de preço mudaram bastante. As políticas têm sido focadas no aumento da renda dos agricultores, na segurança alimentar e na auto-suficiência. Inicialmente, o governo chinês tentava combater a volatilidade dos preços através de contratos públicos e dos

preços de venda, sendo assim, em um ano de colheitas abundantes os contratos do governo delimitavam um mínimo, com o intuito de não prejudicar os produtores com a queda dos preços de mercado; do contrário, em um ano de más colheitas, o governo vendia reservas para impedir o aumento excessivo dos preços (JIANG, 2003).

No entanto, essa prática de estabilização do preço transmitiu uma mensagem equivocada aos produtores e tornou a situação chinesa bastante difícil, como ficou evidenciado na crise de excedentes de grãos<sup>4</sup>, ocorrida há alguns anos. Em função dessa crise de superprodução, o Estado teve muitas perdas e uma reforma foi iniciada em 1998 a fim de minimizar os danos. Apesar de o governo continuar comprando os grãos dos fazendeiros a preços protegidos, a nova política requeria que as agências estatais vendessem os grãos a um preço que cobria todos os custos incorridos e, em algumas situações, com pequenas margens de lucro. A idéia era liberalizar gradualmente o mercado de modo que o preço dos contratos públicos fosse próximo dos preços do mercado. Entretanto, essa política não obteve êxito, por uma falha na sua formulação. O setor de grãos do Estado tinha, ao mesmo tempo, que atuar como um agente federal implementador da política de preços e como uma entidade comercial que visava alcançar solidez financeira. Após um ano, à tendência de queda dos preços dos cereais aumentou e o governo voltou a ter que subsidiar (JIANG, 2003).

Em 1999 foi instaurada uma nova política. As novas medidas incluíam diminuição do alcance da cobertura dos preços permitindo que as indústrias de processamento de grãos comprassem diretamente dos produtores. Além disso, foi tomada outra medida em busca de atingir a segurança alimentar: a política de reserva de grãos do Estado. O governo nacional controla uma grande quantidade de grãos em um estoque de reserva e mantém o volume dessas reservas sob segredo de Estado. Buscando administrar essas reservas, o governo sino criou uma Administração Estatal para Reservas de Grãos<sup>5</sup>. Quando há uma escassez de cereais, são vendidas reservas, a fim de forçar a diminuição dos preços. Segundo Lohmar (2002), essa é uma política bastante cara e muito burocratizada que acaba por constranger a efetividade da volatilidade dos preços.

---

<sup>4</sup> Na ânsia de aumentar a produção de grãos e os ganhos dos produtores, o governo aumentou significativamente os preços em 1994 e 1996. Como resultado, a produção de grãos continuou aumentando. Embora, o preço do mercado tenha iniciado uma queda a partir do final de 1997, em função da garantia governamental, a produção não se ajustou a nova realidade. Deste modo, alguns agricultores enfrentaram dificuldades para vender seus grãos e a agência governamental executor dessa política de proteção dos preços acumulou enormes prejuízos (JIANG, 2003).

<sup>5</sup> The State Administration for Grain Reserves (SAGR) (JIANG, 2003). Livre tradução.

Segundo o Relatório Nacional Chinês para o seguimento da implementação do Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentos<sup>6</sup> (2008), uma das mais novas políticas criadas pelo governo central para promover a produção de grãos foi adotada em 2005, sendo ela a “Três reduções e isenções e três subsídios<sup>7</sup>”, o que significa redução do imposto agrícola (o qual foi abolido em janeiro de 2006), remoção do imposto especial de produção (exceto para o tabaco) e isenção total do imposto sobre o gado, além disso, subsídios diretos ao produtor de grãos, subsídio de sementes em algumas regiões selecionadas e subsídio a compra de ferramentas pelos agricultores. Essas isenções promoveram a produção de grãos e aliviaram a carga econômica para os agricultores. A política dos três subsídios é válida somente para os produtores de grãos, tendo aumentado a produção de 2004 a 2007.

Ainda sob a ótica dos projetos relacionados ao Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentos, o governo chinês criou programas de desenvolvimento agrícola incluindo melhoramento de sementes, desenvolvimento da produção básica de grãos, melhoramento da soja e da qualidade dos grãos, além de auxílios adicionais, como por exemplo, subsídios aos produtores de grãos devido ao aumento de preço dos insumos agrícolas em 2006.

É importante mencionar que além dessas políticas de aumento de produtividade e busca de auto-suficiência produtiva, existem políticas anti-pobreza que acabam por influenciar a busca chinesa por segurança alimentar, desde a introdução de alguns programas na década de 1980. Uma parte do investimento nesses programas acabava por ser destinada a produtividade rural. Ademais, foram criados programas de alimentos para quem trabalha (auxílio alimentação), principalmente quando o trabalho era relacionado à construção de sistemas de irrigação ou à criação de projetos de conservação do solo. Essas medidas acabam tendo impacto sobre a segurança alimentar das famílias rurais (NYBERG, ROZELLE, 1999).

Para alimentar a sua população no futuro, a China precisa teoricamente ter uma superfície mínima cultivada de 107 milhões de hectares. Por isso, o uso da terra tem sido sempre uma prioridade e uma série de leis e regulamentações relativas à proteção das terras cultivadas, incluindo a Lei da Agricultura, Lei de Gestão da Terra e da Água e a Lei de Conservação do Solo, foram promulgadas e aperfeiçoadas ao longo dos anos. Além das legislações acima mencionadas, um regulamento de proteção da agricultura de

---

<sup>6</sup> Disponível em : <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/013/ai630e.pdf> acesso: 3/11/2009.

<sup>7</sup> Three Reduction Exemptions and Three Subsidies”. Tradução livre.

base, foi promulgado em 1994, tendo desempenhado um papel crucial para controlar a conversão de terras cultivadas com alta produtividade para fins agrícolas, embora se saiba que há uma perda de terras em função da crescente urbanização. Em vista da garantia do seu suprimento e da sua segurança alimentar, o governo chinês afirma que não poupará esforços para proteger os recursos existentes de terras aráveis, especialmente referentes à agricultura de base, enquanto atua para melhorar a eficiência do uso do solo no desenvolvimento urbano e industrial (CHEN, 2007).

Conforme o discurso do vice-Ministro da Agricultura Gao Hongbin (2008) sobre o esforço do país para salvaguardar a segurança alimentar, o governo chinês aumentou ainda mais os gastos em subsídios ao setor agrícola de 103 bilhões para 123 bilhões de Yuans em 2008. Os subsídios foram concedidos a variedades de arroz, trigo, milho e algodão. A compra de máquinas agrícolas subiu para 13 bilhões de Yuans, melhorando o acesso dos benefícios a produtores de várias culturas e várias províncias do país. Ao mesmo tempo, a China expandiu a reserva nacional de grãos e aumentou à produção em grandes municípios.

Além disso, Hongbin (2008) afirma que o governo está se utilizando de muitos meios, tais como políticas, projetos e o próprio mercado para orientar e incentivar os agricultores a cultivar cereais de qualidade, expandir a superfície de alto rendimento e a colheita de grãos de qualidade, a fim de melhor explorar as potencialidades dos recursos existentes. Consoante a isso, o governo sino irá otimizar ainda mais a estrutura da produção de grãos, a expansão da área cultivada com alto rendimento das culturas, tais como arroz e milho, e estabilizar a produção de trigo e de soja. Ademais, Hongbin (2008) salientou os esforços do país no desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar o rendimento dos grãos, para construir centros de ensino e de extensão para a prestação de auxílio técnico no cultivo dos grãos, para o aumento da acessibilidade das tecnologias já existentes e para consolidar a estrutura já existente. Os chineses constituíram um programa nacional estratégico para a produção de grãos com o intuito de aumentar a capacidade produtiva em 50 bilhões de quilos adicionais, além de cultivar, em condições favoráveis, grãos nas principais regiões produtoras objetivando a alta produtividade e grande quantidade de transferência de grãos.

De modo geral, a política agrícola chinesa tem sua base de sustentação em 5 grandes linhas estratégicas: (1) sustentação de preço e renda ao produtor; (2) subsídios para uso de insumos; (3) subsídios via crédito e capital para investimento; (4) infra-

estrutural rural e serviços públicos e (5) pesquisa e extensão rural. O plano para o quinquênio de 2006 a 2010 estabelece os seguintes objetivos de política agrícola: (1) garantir oferta de grãos e de outros produtos agrícolas de forma efetiva; (2) aumentar a rentabilidade da produção agrícola e sustentabilidade na renda das pessoas que vivem no campo; (3) garantir um desenvolvimento harmônico da sociedade rural (NASSAR; NOGUEIRA, 2007).

Por fim, os chineses têm se esforçado em busca do aumento de sua produção, do desenvolvimento de novas tecnologias e da adaptação de sua área rural à necessidade de fornecimento de alimentos para a sua grande população. Além dessas questões, é importante observar como são as políticas de uso das terras na China, em função da importância que esse assunto pode ter para a segurança alimentar. É sobre essa questão que o próximo item discorrerá.

## **2.2 POLÍTICAS DE USO DE TERRAS**

As implicações da política sobre o uso da terra e organizações de agricultores têm sido debatidas no âmbito da OMC, esta organização será tratada posteriormente. Muitas preocupações têm surgido quanto à capacidade de pequenas áreas agrícolas chinesas competirem após a liberalização do comércio. Embora cada agregado familiar tenha direito a terra, a dimensão média é pequena. Por um lado, os líderes estão satisfeitos com os efeitos igualitários da distribuição nacional de terras, pois esta política poderia atenuar as preocupações sobre a segurança alimentar e a pobreza. Entretanto, a fragmentação de terras e à escala extremamente pequena das áreas de cultivo acabam por condicionar o crescimento da produtividade do trabalho agrícola e diminuem o crescimento da renda agrícola ou a fazem crescer de modo menos acentuado (HUANG; ROZELLE, 2003).

A estrutura de produção pulverizada da China é um fator de restrição para promover ganhos de eficiência na produtividade, sobretudo quanto à mecanização e logística de transporte. A pequena escala dos produtores não tem sido impedimento para a adoção de tecnologias de produção, principalmente em função do uso de sementes melhoradas e fertilizantes. No entanto, as restrições de água e terra são determinantes do nível de eficiência e para o aproveitamento máximo dos insumos utilizados.

Deseconomias de escala também ajudam a explicar o baixo crescimento da produção de grãos (NASSAR; NOGUEIRA, 2007).

Segundo Jiang (2003), em função de não ter bem definidas a propriedade da terra, muitos agricultores são relutantes em investir na compra de mais terras, ademais a falta de um mercado de terras bem constituído impede ajustes necessários na economia rural chinesa (LOHMAR; SOMWARU, 2002). No entanto, não se pode desconsiderar que a posse segura da terra também é importante para agricultores de baixa renda para garantir a subsistência. Zhou (1998) considera que o “sistema dual de terras”<sup>8</sup> é vantajoso em evitar a geração de mais sem-terras. Ho (2001) constata que muitos agricultores chineses preferem o sistema atual, especialmente em aldeias pobres, por ele garantir o acesso à terra e à segurança alimentar.

Na verdade, ainda no que tange ao direito da terra, embora os *policymakers* chineses sejam a favor de um direito da terra mais seguro, eles estão buscando medidas complementares que não irão cancelar todos os benefícios do regime de terras atual. Conforme a legislação chinesa, as terras em áreas rurais são de propriedade coletiva da aldeia (cerca de 300 famílias) ou de pequenos grupos (*cunmin xiaozu*, com 15-30 famílias) (BRANDT *et al*, 2002). Uma das mudanças mais importantes nos últimos anos tem sido o prolongamento da duração do contrato de utilização da terra a partir de 15 a 30 anos. Em 2000, cerca de 98% das aldeias tinham alterado seus contratos com os agricultores de modo a aproveitar os direitos de uso prolongado.

Com a questão dos direitos de uso resolvida, o governo agora está procurando por um mecanismo que permitirá que alguns agricultores obtenham acesso a mais terras cultivadas e que aumentem os seus rendimentos e a sua competitividade. Um dos principais esforços gira em torno do desenvolvimento de uma nova lei contratual de terras rurais. De acordo com essa lei, embora os direitos de propriedade das terras permaneçam com o coletivo, quase todos os outros direitos que existiriam em um sistema de propriedade privada serão concedidos ao titular do contrato. O objetivo deste novo conjunto de políticas é o de incentivar os agricultores a aumentar a exploração agrícola e aumentar a produtividade das terras chinesas (HUANG, ROZELLE, 2003). Feitas essas importantes considerações, segue-se, no próximo tópico, para uma correlação entre o crescimento, a urbanização, a alimentação e a segurança alimentar.

---

<sup>8</sup> Nesse sistema as terras são divididas em auto-suficiente e terra de responsabilidade. A primeira destina-se principalmente ao plantio de grãos para consumo próprio. A segunda é baseada em um contrato o qual estabelece cotas de produção e pagamento de impostos e taxas agrícolas (ZHOU, 1998).

### **2.3 CRESCIMENTO, URBANIZAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR**

O crescimento econômico explosivo e a rápida urbanização resultaram em significativa diversificação da composição do alimento chinês nas últimas duas décadas. O aumento da renda acabou encorajando maiores demandas por proteína animal, por produtos de alta qualidade e por frutas, muito além dos grãos de subsistência. Para o país como um todo, o fornecimento de calorias das contribuições dos cereais, raízes e amiláceos para a média diária per capita diminuíram 17,4% e 13,5%, respectivamente, entre 1980 e 2002, ao contrário das contribuições de legumes e frutas que aumentaram 2,6 vezes e 5,0 vezes, respectivamente, durante o mesmo período, demonstrando uma dramática mudança de dieta (CHEN, 2007).

A disponibilidade de alimentos per capita e o consumo têm aumentado ao longo das últimas décadas na China. O aumento da produção nacional é o maior responsável pela disponibilidade de alimentos, bem como pelo aumento da ingestão de quilocalorias por pessoa. As alterações na composição nutricional da dieta chinesa são compatíveis com o crescimento da renda. Em verdade as fontes de nutrientes são um poderoso indicador de bem-estar de uma população. Nos países de baixa renda, a dieta inclui uma percentagem relativamente elevada de nutrientes de origem vegetal, enquanto uma dieta típica de países desenvolvidos inclui uma percentagem mais elevada de nutrientes de origem animal. Dentre os chineses, as dietas mais tradicionais eram tipicamente a base de cereais, legumes e pequenas quantidades de carne e de peixe. Em função do aumento da renda, com a maior urbanização e com a expansão do mercado tem aumentado o consumo desses itens que antes não faziam parte dos hábitos de consumo chinês (HUANG; BOUIS, 1996).

A urbanização acelerada também ampliou os mercados de produtos de alta qualidade alimentar, porque a população urbana chinesa normalmente tem uma dieta mais rica e diversificada que a população rural. No entanto, essa diferença entre as dietas tem diminuído, conforme aumenta a renda rural. Segundo o relatório de Segurança Alimentar Módulo China (2004), tanto os residentes urbanos quanto os rurais apresentam as características alimentares cada vez mais semelhantes, sendo elas: a) decréscimo no consumo direto de grãos, b) aumento no consumo de derivados animais e aquáticos c) declínio no consumo de vegetais per capita. As primeiras

características são indicativas de que diversificação alimentar reduz a importância dos grãos como fonte nutricional. No que concerne a diminuição do consumo de vegetais, isto está relacionado à mudança no modo de suprimento de alimentos nas áreas urbanas. Em verdade, a alimentação chinesa tem se tornado mais diversificada e enriquecida por produtos de várias origens tais como lácteos e frutas.

O aumento da renda dos chineses e a incapacidade do setor agrícola de atender a demanda nacional têm gerado crescimento da importação de commodities, tais como soja e milho, principalmente em função da escassez de água e de solos férteis no país. Nota-se também um aumento da importação de carne, refletindo a mudança no padrão de vida chinês como um dos efeitos do crescimento econômico, da ascensão pacífica e da abertura chinesa para o mercado externo (LEÓN-MANRIQUEZ, 2006).

Alterações da dieta e das demandas de mercado levaram a políticas agrícolas estratégicas orientadas para reestruturação do sistema agrícola da China (HEILIG, 1999). A ênfase está mudando de grãos simples com foco na produção, para uma composição mais equilibrada da produção agrícola. Conseqüentemente, os recursos do solo, anteriormente cultivado por culturas de subsistência, como cereais, raízes e amiláceos são cada vez mais convertidos para culturas de maior valor e para pesca de água doce.

Mudanças no mix de culturas e de produtos agrícolas têm influência profunda sobre a utilização e manejo do solo, afetando a fertilidade e os ciclos de matérias dentro dos ecossistemas agrícolas. Por exemplo, frutas e legumes removem muito mais nutrientes do solo do que grãos de cereais (SHROTRIYA, 2000). Mudanças nas culturas necessitam de um suprimento de nutrientes e um novo equilíbrio de elementos minerais na solução do solo, adubação, portanto, orientado para a gestão da terra e levando a alterações nas condições físicas e químicas dos solos.

Devido ao acesso facilitado aos mercados, infra-estrutura mais desenvolvida e maior disponibilidade de capital, uma grande parte da produção agrícola de alto valor da China está concentrada nas zonas urbanas e periurbanas. A urbanização leva à expansão da produção agrícola em áreas urbanas e periurbanas, reforçando o desenvolvimento de sistemas de produção eficientes e a utilização intensiva dos recursos do solo nessas regiões. Fortes atividades humanas e insumos materiais elevados, no entanto, perturbam o material intrínseco e os ciclos de energia dentro de um sistema solo, resultando em

alternância significativa do potencial de fertilidade e a um aumento do risco de poluição (CHEN, 2007).

Com uma disponibilidade decrescente per capita de solos cultivados, no entanto, a China enfrentará o desafio de alcançar sua meta de segurança alimentar (95% ou mais da taxa de auto-suficiência até 2030, quando a população terá o máximo previsto de 1,6 bilhões). Os chineses terão de enfrentar ainda o desafio de manter o equilíbrio entre os recursos da terra e o desenvolvimento econômico, a produção de grãos e a proteção ecológica. Somado a isso, eles sofrem uma das mais graves degradações do solo do mundo, com mais de 40% de sua área de terra cada vez mais afetadas pela erosão, salinização e desertificação. A atuação humana imprópria tem contribuído largamente para o aumento da degradação (XIURONG et al. 2003).

Ainda no que tange a urbanização, apesar de ocupar apenas cerca de 2,4% do total de terras cultivadas, sob a forma de expansão da cidade e de urbanização rural, ela é considerada como um sério desafio para a segurança alimentar no futuro. Primeiro de tudo, por provocar alterações irreversíveis no caráter físico e biótico da superfície natural, resultando em perda total da produtividade do solo. Em segundo lugar, por a urbanização avançar muito mais rapidamente sob os solos férteis de parte do leste chinês. Em terceiro lugar, por ser apenas o começo da perda de terras para urbanização. Juntamente com o crescimento econômico explosivo, a terra reivindicada para infraestrutura deverá aumentar continuamente a uma taxa rápida. Ademais, para além da conversão dos recursos do solo para fins produtivos, os impactos da urbanização sobre a qualidade dos já existentes ou restantes recursos do solo também têm sido motivo de grande preocupação na China ao longo das últimas duas décadas. A atividade humana intensiva concentrada nas zonas urbanas e a eliminação de resíduos associados a partir de fontes industriais e municipais têm afetado significativamente o solo, levando à diminuição na produção e na qualidade dos produtos agrícolas (CHEN, 2007).

Enfim, feitas essas considerações acerca das medidas internas adotadas pelos chineses em prol da segurança alimentar e relatados os problemas existentes no país para o suprimento de alimentos, serão abordados em seguida a atuação internacional chinesa em busca de segurança alimentar. Esta análise será feita inspirada no primeiro nível de Putnam (1988) constituído pelo cenário internacional, ou seja, por líderes políticos, diplomatas, países, consultores internacionais. Conforme o autor, qualquer membro do “tabuleiro internacional” pode virar o jogo e, ao mesmo tempo, qualquer

líder que falha ao satisfazer o tabuleiro interno, pode ser expulso. Em verdade, esta última parte não se aplica perfeitamente à China em função dela não ser democrática; no entanto, neste estudo o que foi considerado como uma ameaça (não necessariamente passível de expulsão) é a insatisfação interna frente a tomadas de decisões externas, aos problemas sociais possíveis de ocorrer e a reprovação internacional frente a algumas atitudes adotadas pelo país.

### CAPÍTULO 3

## ATUAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL EM BUSCA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A busca dos chineses por segurança alimentar não se restringe somente ao âmbito interno, eles têm atuado ativamente no sistema internacional procurando novas possibilidades de fornecimento de alimentos. A estratégia do Ministério da Agricultura da China de “se globalizar” é uma medida importante em resposta à globalização econômica e um dos principais conteúdos da cooperação internacional na agricultura. Nos últimos anos, MOA<sup>9</sup> tem promovido vigorosamente a agricultura global através da criação de centros técnicos agrícolas e fazendas de demonstração, bem como empresas em outros países, deslocamento de técnicos, e promoção das exportações agrícolas. Trabalhando com seus parceiros, a China tem assistido Camboja (Fazenda de Demonstração), Laos (Projeto Rural de Biogás), Rússia (Fazenda de Demonstração), Indonésia (Projeto de Demonstração de Arroz Híbrido), Venezuela (Plantação de Sisal e Projeto de Demonstração de Processo) entre outros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA RPC, 2009b).

Em 25 de março de 2009 os chineses concordaram em disponibilizar à FAO US\$ 30 milhões para apoiar países em desenvolvimento no melhoramento das suas produtividades agrícolas, com o intuito de alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio. O acordo assinado também marcou o ingresso do país na comunidade de doadores da FAO. Sob este acordo, a China irá prover assistência técnica e treinamentos, assim como insumos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Essa contribuição terá maior enfoque em países africanos, entretanto outras regiões não estão excluídas. Além dessa recente iniciativa, o governo chinês encaminhou para a Nigéria entre 2003 e 2007 especialistas que contribuíram na implementação do programa regional de segurança alimentar nos países do oeste da África. Globalmente desde o início do programa de cooperação sul-sul da FAO, mais de setecentos peritos chineses foram deslocados para várias regiões do mundo, incluindo o Caribe e o Pacífico (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA RPC, 2009a).

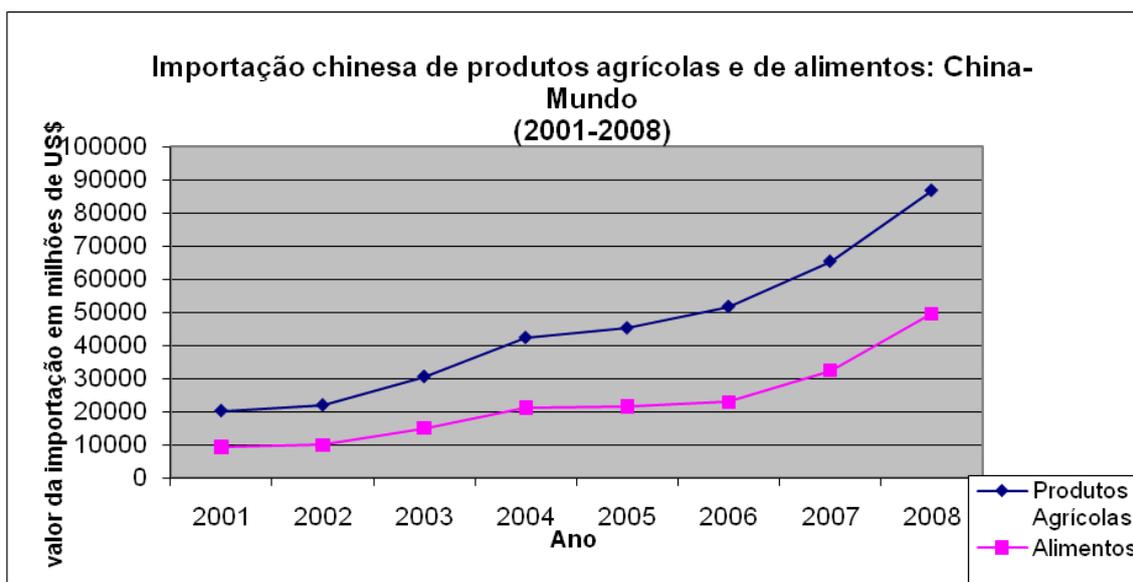
---

<sup>9</sup> Ministry of Agriculture – MOA.

A China iniciou a construção de 16 centros de demonstração de tecnologia agrícola, alguns deles já concluídos, na Ásia, África e América Latina. Ao beneficiar-se de avanços tecnológicos agrícolas, tais como o arroz híbrido, a China encaminhou cerca de mil especialistas e técnicos para os municípios em desenvolvimento, a fim de disseminar tecnologias avançadas e fornecer treinamentos para técnicos agrícolas. Em setembro de 2008, os chineses decidiram aumentar o número de centros de demonstração de tecnologia agrícola para 30, e o dobro do número de especialistas e técnicos agrícolas expedidos no exterior (HUOBIN, 2008).

Em função da rápida globalização econômica a cooperação agrícola regional acaba sendo muito dinâmica. Além de fortalecer a cooperação multilateral e bilateral agrícola, o governo tem participado ativamente da cooperação agrícola regional. Atualmente, a China lançou um quadro geral de cooperação agrícola com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e continuou a reforçar a cooperação agrícola regional com a África e a União Européia (UE). Nos últimos anos, MOA financiou agro-cursos e seminários de formação técnica para os países da ASEAN, da África e da Europa Oriental, cerca de mil técnicos agrícolas têm sido deslocados para estes países, que tem promovido o intercâmbio regional das políticas agrícolas e das tecnologias (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA RPC, 2009b).

Conforme pode-se observar no quadro 2 os chineses tem importado, com o passar dos anos, cada vez mais produtos agrícolas e alimentos.



Quadro 2: Importação chinesa de produtos agrícolas e de alimentos: China-Mundo (2001-2008)

Fonte: elaborado pela aluna com base em (WTO, 2009).

Ainda conforme os dados da OMC sobre alimentos, a China apresentou superávit comercial de produtos agrícolas de 2000 a 2007, sendo a única exceção em 2004, quando o país verificou um pequeno déficit. O tamanho em si do comércio de alimentos na China transformou o país, em 2006, no quarto maior exportador desse tipo de produtos, atrás da União Européia, dos EUA e do BR, e no quarto maior importador, atrás da EU, dos EUA e do Japão. Desde então, a China sofreu uma deterioração no setor comercial e o preço dos alimentos importados elevou-se muito mais rapidamente do que o preço dos exportados. Os gastos crescentes com alimentos acabam pressionando o governo chinês à adotar atitudes protecionistas no comércio de produtos agrícolas, o que acaba indo de encontro aos compromissos firmados pela China ao ingressar na OMC<sup>10</sup>.

Sem dúvidas, um processo de mudança estrutural no setor agrícola chinês foi ocasionado com a entrada da China na OMC. É justamente o ingresso nesta organização e seus efeitos na segurança alimentar chinesa que serão abordados a seguir.

### **3.1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)**

Depois de 15 anos de difíceis negociações, a China acolheu o momento histórico do seu ingresso na OMC, o que simbolizou a plena integração dos chineses ao sistema comercial internacional, assim como a entrada na nova fase da abertura ao exterior (TANG, 2001). A demora nas negociações deu-se em função de ser cada item, aspecto e implicação cuidadosamente estudado. Um deles, por exemplo, é que Beijing desejava ingressar com o status de país em desenvolvimento e que Taiwan fosse admitida como região não independente. Ambos objetivos foram logrados (VIZENTINI, 2001)

A entrada da China na OMC representou uma oportunidade de abertura ampliada do mercado, de aperfeiçoamento do sistema de cooperação econômica e de comércio exterior, e o engajamento ao regime de comércio internacional (DICK, 2006). Conforme o chanceler Tang Jiaxou: “a entrada da China na OMC irá reforçar a posição dos países em desenvolvimento neste mecanismo e nas negociações relevantes e facilitará a cooperação econômica e o comércio chinês com outros países, incluindo os países latino-americanos<sup>11</sup>” (PEOPLE’S DAILY, 2001).

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,china-torna-se-importador-liquido-de-alimentos228765.htm>

<sup>11</sup> Tradução da autora conforme original em inglês.

O acesso à OMC é parte de uma estratégia do governo sino objetivando aumentar a presença do país na economia mundial elevando os investimentos diretos chineses no exterior. Sendo assim, estimula-se a internacionalização das principais empresas chinesas e, ao mesmo tempo, permite-se à China assegurar fontes de suprimento de matérias-primas e de produtos agrícolas necessários para preservar o elevado ritmo de crescimento econômico do país (PEREIRA; FILHO, 2005).

Para ingressar na organização, a China estabeleceu um programa de remoção de barreiras comerciais e de abertura de mercado para empresas estrangeiras em quase todos os setores produtivos, assim como em uma larga gama de serviços. Concordou, ademais, em rever e reformar sua estrutura legal com o objetivo de conferir transparência e previsibilidade aos negócios e transações comerciais com o exterior (PEREIRA; FILHO, 2005).

Conforme Lohmar (2002) é difícil avaliar o real efeito da entrada da China na OMC em termos de segurança alimentar nacional. No setor agrícola os resultados vão depender sempre de os preços chineses serem mais altos ou mais baixos que o resto do mundo e como o governo lida com a volatilidade de preços. Quando os preços são menores e mais voláteis que os dos mercados internacionais, então a integração com o mundo exterior é bastante positiva melhorando a segurança alimentar e a renda dos trabalhadores rurais. Quando os preços são maiores, as famílias rurais são afetadas. Conforme Rena (2006), os preços internos de alimentos como trigo, soja, milho, algodão e açúcar têm sido de 10% a 70% maiores do que os preços internacionais, o que diminui o crescimento da renda e aumenta o desemprego entre os agricultores. Espera-se que a economia doméstica cresça aumentando a renda rural, especialmente porque os agricultores estão autorizados a especializarem-se em culturas com maior valor comercial.

Lohmar (2002) acredita que o impacto mais importante que a adesão a OMC terá sobre a segurança alimentar provavelmente será através do crescimento do setor não agrícola, em vez de mudanças diretas na agricultura. Através do incremento desse setor, a longo prazo, há uma tendência a aumentar a renda das famílias rurais, mesmo que o preço dos produtos agrícolas caiam. Esses efeitos – associados a oportunidades de migração conforme a economia vai se tornando mais integrada - servirão para aumentar a renda familiar, até mesmo em áreas mais pobres e remotas da China onde a insegurança alimentar ainda existe.

Apesar disso, a integração da economia chinesa na economia mundial tem transferido, por meio das receitas dos trabalhadores migrantes, a volatilidade da economia mundial para os agricultores chineses. Uma pequena mudança na demanda externa por bens manufaturados pode significar milhões de empregos perdidos ou ganhos pelos trabalhadores rurais. Algumas empresas orientadas para as exportações, especialmente nas áreas dos deltas dos rios, foram fechadas devido à crise econômica mundial recente. O impacto do crescente vínculo da economia mundial com as receitas dos agricultores chineses representa um desafio imenso para o governo chinês. Os trabalhadores que retornam para o campo também tendem a tornar-se um problema social para as áreas rurais, já que muitos deles não querem mais trabalhar nas fazendas, ou, pior ainda, não têm qualquer terra para trabalhar (CARTER; ZHONG; ZHU, 2009).

Outro dos aspectos negativos da ascensão à OMC que poderia acentuar a insegurança alimentar em áreas urbanas é ocasionado pela demissão de um grande número de funcionários das empresas estatais que, anteriormente a entrada na OMC, gozavam de “tigelas de arroz de ferro”<sup>12</sup> e que passaram a aumentar a insegurança alimentar chinesa. Têm crescido consideravelmente nos últimos anos o número de trabalhadores despedidos devido ao excesso de pessoal e à ineficiência das empresas estatais em função dos líderes chineses terem reformado as empresas para se prepararem para a concorrência internacional pós-OMC. Normalmente, esses trabalhadores são mais velhos e possuem menor grau de instrução que os trabalhadores mais jovens com os quais tem que competir por postos disponíveis de trabalho. Essa situação é uma crescente preocupação para os governantes chineses. Algumas tentativas de introdução de um sistema social a fim de proporcionar um mínimo para a subsistência dos demitidos fracassaram, em grande parte devido a questões fiscais. A adesão à OMC aumentará cada vez mais a pressão sob a eficiência das empresas estatais o que acarretará mais demissões. Sem um sistema de segurança social que forneça segurança alimentar para ex-funcionários, a entrada na OMC pode acelerar o crescimento do que tem sido até agora quase inexistente na China: a insegurança alimentar urbana (LOHMAR, 2002).

Os chineses acordaram condições bem singulares para o seu ingresso no organismo. Concordaram em reduzir sua tarifa legal média sobre os produtos industriais para 8,9%, enquanto as taxas para Argentina, Brasil, Índia e Indonésia foram definidas

---

<sup>12</sup> “Iron rice bowl”. Tradução livre. Essa expressão refere-se à refeição que era oferecida pelo governo aos funcionários das empresas estatais e que era uma fonte de nutrientes.

bem mais elevadas tais como 30,9, 27,0, 32,4 e 30,9%, respectivamente (LARDY, 2002). Para os produtos agrícolas, a China comprometeu-se em não subsidiar as exportações agrícolas, além de limitar o seu apoio doméstico aos agricultores para 8,5% do valor da produção, enquanto outros países em desenvolvimento foram autorizados a ter o apoio interno a um nível de 10 por cento do valor da produção.

Carter, Zhong e Zhu (2009) afirmam que a entrada na OMC reverteu, em 2004, a posição histórica chinesa de exportadora líquida de produtos agrícolas para importadora líquida. A taxa média de crescimento das exportações entre 2001 e 2007 foi de 15,3%, ao passo que a taxa de crescimento das importações foi de 27,1% (NI, 2009). O resultado é um ganho geral para o consumidor, devido aos preços mais baixos. No entanto, a competição maior acarretará perda de receitas para o produtor. Desse modo, agrava-se uma das preocupações relacionadas à segurança alimentar: a renda das famílias rurais.

No ano do ingresso da China na organização, ZHOU (2001) relatou a preocupação dos tomadores de decisão e dos acadêmicos chineses de que os impactos mais negativos da entrada na OMC seriam no setor agrícola principalmente no que tange a segurança alimentar e a renda dos agricultores. Em 2007, a China impôs controles na exportação de alguns grãos devido a uma curta crise no preço mundial dos alimentos. Assim, a China intentava evitar a insegurança alimentar. Segundo Carter, Zhong e Zhu (2009), entretanto, tais atos não representavam uma violação aos princípios do livre-comércio e às normas da OMC, tanto que pelo menos outros 30 países os adotaram.

Na quadro 3, pode-se constatar que a produção de alimentos intensivos em mão-de-obra continua crescendo nos primeiros cinco anos da entrada da China na OMC. Não obstante, a taxa de crescimento vem sendo menor de comparada com os cinco anos que antecederam a entrada da China na Organização. A maior queda foi referente à produção de frutas e vegetais, que passou de 55% entre 1996 e 2001 para 21% entre 2001 e 2006. No outro extremo, a que menos caiu foi a carne de porco, de 33% para 24%, mas ainda assim trata-se de um declínio considerável.

Alimento	Produção (10 mil toneladas)			Crescimento (%)	
	1996	2001	2006	(1996-2001)	(2001-2006)
Carne de gado	4.584	6.334	8.051	38%	27%
Carne de porco	3.158	4.184	5.197	33%	24%
Carne de frango	833	1.210	1.507	45%	24%
Produtos aquáticos	2.813	4.374	5.290	55%	24%
Frutas e vegetais	27.514	42.547	52.743	55%	21%

Quadro 3: Produção da China de alimentos intensivos em mão-de-obra.

Fonte: Adaptado de Carter, Zhong e Zhu (2009)

No entanto, Chen e Ducan (2008) defendem que, embora as importações e as exportações agrícolas tenham se alterado significativamente, o volume importado ainda encontra-se sob o regime de cotas e a contração da produção é limitada (para a maioria dos grãos a redução da produção é menor que 1%). Conseqüentemente, o impacto sobre o grão e a auto-suficiência alimentar também são limitados e a meta de 95% de auto-suficiência é provável que seja alcançada. A produção de grãos na região leste teve maior declínio. Este resultado está de acordo com as vantagens comparativas da produção agrícola de cada região. Comparando-se a região leste, central e oeste, a primeira tem força de trabalho abundante além de recursos terrestres superiores. A região leste, portanto, produz alimentos de mão-de-obra intensiva e tende a auferir seus ganhos da expansão das exportações. As regiões central e oeste produzem mais alimentos de uso intensivo da terra e, por isso, enfrentam maior competição das importações. Em comparação com a região oeste, a região central tem condições climáticas mais favoráveis, terras aráveis e recursos também relativamente abundantes (CARTER; ZHONG; ZHU, 2009; CHEN; DUCAN, 2008).

É importante perceber que, mesmo se a China atingir a sua meta de auto-suficiência a segurança alimentar ainda pode ser um problema, porque os benefícios e os custos de ascensão não são uniformemente distribuídos entre as regiões. Isto é especialmente importante para as famílias rurais em regiões do interior. Por exemplo, o salário real nos setores agrícola na região central declinou depois da adesão à OMC. Além disso, nas regiões em que há aumento da renda das famílias rurais, isso ocorre em menor magnitude do que a renda familiar urbana, ou seja, a desigualdade de renda rural-urbana piorou após a entrada na OMC. Em 2005, a renda per capita dos trabalhadores urbanos foi três vezes maior do que a dos trabalhadores rurais (CHEN; DUCAN, 2008; RENA, 2006; YAO, 2007).

Diante dessas implicações, torna-se importante analisar a atuação chinesa quanto ao setor agrícola nas Rodadas de Doha da OMC. Ao passo que a posição da China no setor secundário tem sido a favor da liberalização do comércio, devido à vantagem comparativa do país na produção de manufaturados, no setor primário e no de serviços ela tem sofrido forte pressão por parte dos países desenvolvidos pela liberalização do mercado (HUANG, 2008). Os diferentes padrões de proteção agrícola observados em países desenvolvidos e em desenvolvimento podem ser explicados por meio da economia e do sistema político de cada país. Em geral, países mais ricos como os EUA e alguns membros da União Européia têm um pequeno número de agricultores comparado ao total da população, o que facilita a organização e o lobby pela proteção agrícola. Na China, todavia, o enorme número de camponeses torna quase impossível a superação dos problemas de ação coletiva e a formação de um lobby para subsidiar a agricultura (YAO, 2007).

Essa condição reflete-se na posição ambígua que a China tem tido nas negociações agrícolas no âmbito da OMC. Afinal, embora a China faça parte do G-20, cuja maioria dos seus membros advoga a redução dos subsídios impostos à agricultura pelos países desenvolvidos, ela vem defendendo conceitos como o de Produtos Especiais e o de Salvaguardas Especiais aos países em desenvolvimento, de modo a poder manter tarifas de importação e outros mecanismos de proteção que contribuam para a sua segurança alimentar. Isso seria explicado pelo modelo de Putnam (1988) pois, a China não pode seguir todas as proposições do G-20, em função dela não garantir a ratificação interna. Embora, o regime não seja democrático a medida traria conseqüências bastante prejudiciais a parte importante da população.

Ao contrário do Brasil, por exemplo, a China é uma importadora líquida de soja e importadora potencial de grãos, o que faz com que ela defenda esse protecionismo na forma de Salvaguardas. Dessa forma, a política de auto-suficiência de grãos faz com que ela tenha interesses diversos da maioria dos países que integram o G-20 (YAO, 2007). Apesar das suas divergências internas, as propostas do G-20 permanecem sendo mais liberais do que as propostas dos EUA e da União Européia para o setor agrícola. Ademais, a China também defende a eliminação de todos os subsídios à exportação, já que desde a sua entrada na OMC ela concordou em acabar com os seus próprios subsídios, embora os mantenha para a produção interna (ROSEN; ROZELLE; HUANG, 2004).

Feitas essas considerações acerca da OMC, passa-se a análise da contribuição da ASEAN para a segurança alimentar chinesa.

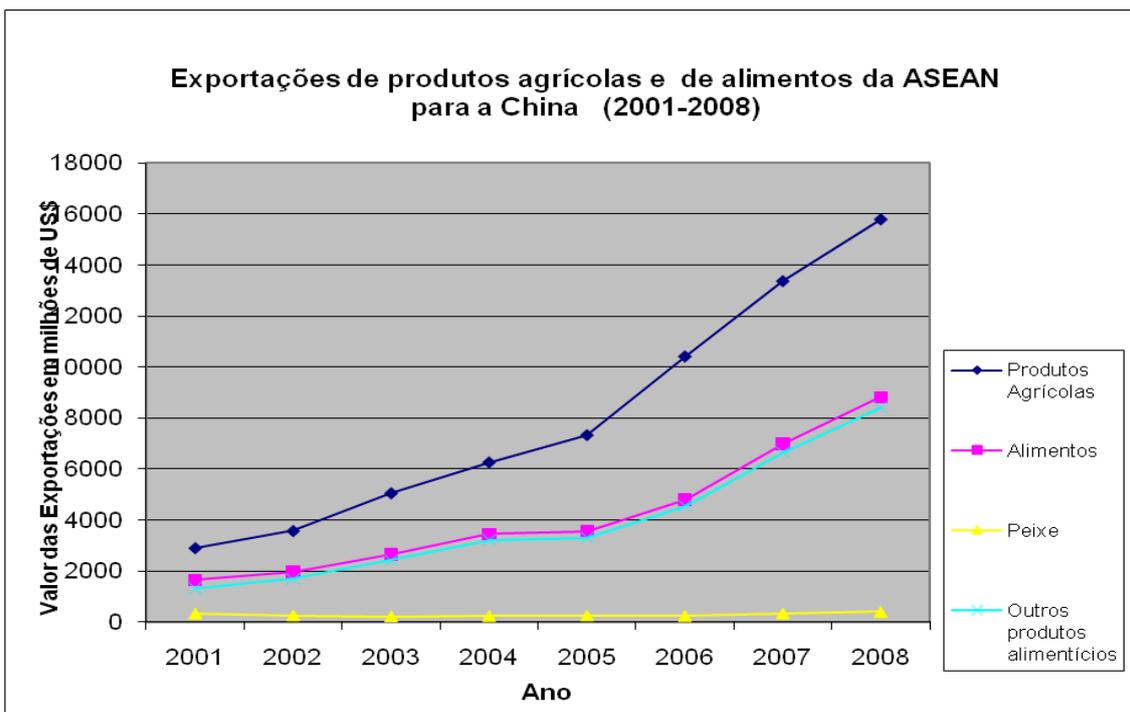
### **3.2 ASEAN: ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO**

O comércio bilateral entre a China e a ASEAN expandiu-se rapidamente desde 2001. Os chineses se tornaram, no mercado de exportação da ASEAN, o terceiro maior desde 2005, seguido dos Estados Unidos e do Japão. Com o seu rápido crescimento econômico, as mudanças estruturais, o crescimento da renda, a urbanização rápida e os limitados recursos naturais, pode-se esperar que a China importe um volume crescente de produtos agrícolas para atender sua cada vez maior demanda por alimentos e as demandas de matéria-prima de sua grande indústria em crescimento (CHEN, 2006; CHEN 2004).

Os chineses têm importado cada vez mais produtos agrícolas e alimentos da ASEAN, conforme se pode observar no quadro 4. Essas importações estão concentradas em três diferentes grupos de mercadorias. A mais importante delas são os óleos vegetais. Decompondo esta categoria, verifica-se que o óleo de palma<sup>13</sup> representa grande parte do total das importações de óleo vegetal da ASEAN. A segunda mais importante é a borracha e a terceira são legumes e frutas. A parcela conjunta dos três grupos de commodities representa mais de 80 por cento do total das importações agrícolas da ASEAN (YANG, CHEN, 2008).

---

<sup>13</sup> O Óleo de Palma, também conhecido como Óleo de Dendê, é extraído da polpa do fruto e tem sua maior utilização na área alimentícia, mas também pode ser usado em cosméticos e na indústria oleoquímica.



Quadro 4: Exportações de produtos agrícolas e de alimentos da ASEAN para a China (2001 – 2008).

Fonte: WTO, 2009.

A China também importa da ASEAN matérias-primas e produtos transformados, no entanto, em média, a participação dessas commodities tem vindo a diminuir. Em geral, as importações agrícolas chinesas da ASEAN tornaram-se mais e mais concentradas no óleo de palma, na borracha, nos produtos hortícolas e nas frutas (HUANG, YANG, 2006).

Os chineses têm apresentado déficit comercial em relação a esse bloco regional, principalmente em produtos intensivos em terra, já que possuem maiores vantagens em produtos intensivos em mão-de-obra. O crescente déficit comercial da China na agricultura é o resultado do rápido aumento das importações de produtos agrícolas intensivos em terras, principalmente óleo de palma e borracha. Estes produtos importados são utilizados para satisfazer as mudanças na preferência por alimentos de alta qualidade e para suprir a demanda por matéria-prima pela indústria chinesa (ASEAN, 2009).

Segundo Huang e Yang (2006), existem algumas sobreposições entre as duas economias. Ambos apresentam vantagens comparativas importantes em vegetais, frutas e peixes. Entretanto, segundo os autores, não há concorrência direta entre os dois países, pois quando se decompõem quais frutas são comercializadas percebe-se que os chineses

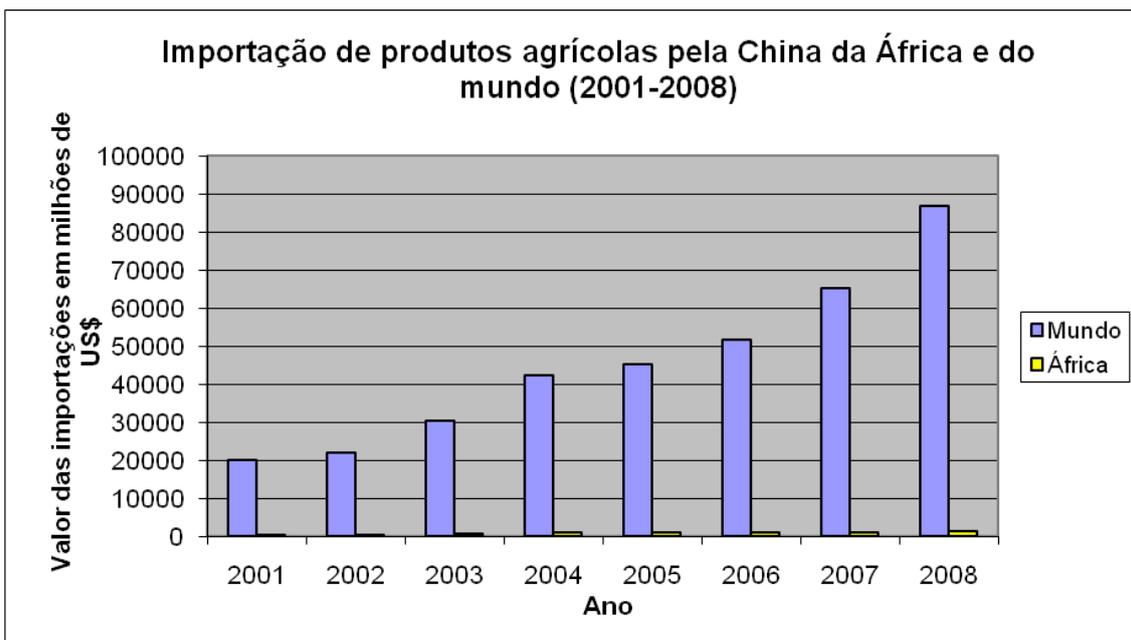
exportam frutas de clima temperado e que os países da ASEAN exportam frutas tropicais. Deste modo, as duas economias têm grande potencial de complementaridade no comércio de frutas.

Somado a isso, um fator que também será abordado no próximo tópico sobre o continente africano e que não pode ser desconsiderado no âmbito asiático é a aquisição de terras em países da ASEAN por empresas chinesas. Além da África, as estatais chinesas têm-se envolvido na aquisição de terrenos para as principais commodities agrícolas. No caso específico dos países da ASEAN, isso se dá mais comumente em busca de recursos naturais, tais como a borracha, e energéticos (petróleo), exemplos incluem Yunnan de borracha, uma antiga fazenda estatal, que teria adquirido 160.000 hectares no Laos para o cultivo da seringueira, além da Sinopec, uma das empresas de capital nacional de petróleo da China (COTULA et al. 2009).

Enfim, o comércio entre a China e a ASEAN vem crescendo, uma complementaridade entre as transações é percebida e a possibilidade de aquisições de terras é observada. A mudança nos hábitos alimentares chineses, como já foi mencionado anteriormente, somada as características produtivas do país, acenam para um crescimento cada vez mais significativo das transações da ASEAN com a China. Feitas as considerações acerca da ASEAN, passa-se a análise daquela que parece ser uma aposta chinesa em termos de segurança alimentar: a África.

### **3.3 ÁFRICA**

Os chineses e os africanos estão cada vez mais próximos no cenário internacional. Por meio de investimentos, parcerias e cooperação a China e a África estão estabelecendo uma chamada “parceria estratégica”. Atualmente, conforme se pode observar no quadro 5, os africanos não se encontram como grandes fornecedores de alimentos para os chineses, embora estes números venham aumentando timidamente ao longo dos últimos anos.



Quadro 5: Importação de produtos agrícolas pela China da África e do mundo (2001 – 2008).  
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da WTO, 2009.

No entanto, existem alguns sinais, já percebidos pela comunidade internacional, de que a África está sendo e será cada vez mais o centro das atenções chinesas em busca de recursos naturais e até de segurança alimentar, embora o governo chinês não esclareça esta questão de modo transparente.

Um dos aspectos relevantes desse estreitamento das relações foi a criação do Fórum de Cooperação China – África (FOCAC) em 2000.

### 3.3.1 Fórum de Cooperação China - África

O Fórum de Cooperação China – África tem como objetivo estreitar as relações entre os países africanos e a China por meios de comércio e de cooperação em várias áreas, dentre elas agrícola. Esse fórum de cooperação multilateral e bilateral pode ser considerado como um fomentador da cooperação sul-sul e, no que tange as questões agrícolas, participante do Programa Especial da FAO para a segurança alimentar.

A cooperação sino-africana em matéria de agricultura é um componente importante no Fórum. Desde a Cúpula de Beijing do FOCAC, realizada em novembro de 2006, a parceria agrícola vem crescendo, com diversas formas de intercâmbio e de cooperação em tecnologia. As medidas de apoio ao desenvolvimento da África têm sido

implementadas com sucesso, mediante investimento financeiro no setor agrícola. Atualmente, a China assinou acordos de cooperação sobre agricultura e pesca com mais de 10 países africanos tais como Egito, Etiópia, África do Sul (XINHUA NEWS AGENCY, 2009).

A China está promovendo a cooperação multilateral e a bilateral em matéria de agricultura de forma bastante ativa possibilitando capacitação profissional na área agrícola, ajudando a estabelecer um sistema de extensão de tecnologia agrícola, introduzindo empresas chinesas para fazer investimento e cooperação na agricultura, e buscando atuar com base na Cooperação Sul-Sul e no âmbito do Programa Especial de Segurança Alimentar da FAO. Além disso, conforme já foi mencionado anteriormente neste capítulo, com a contribuição chinesa de US\$ 30 milhões à FAO, destinados a aumentar a produtividade agrícola e as exportações de alimentos e a aumentar a ajuda a países com escassez de alimentos, o continente africano acaba por ser o maior beneficiado (XINHUA NEWS AGENCY, 2009).

Além dessa cooperação agrícola, tem-se observado que os chineses, assim como outros países, têm buscado comprar terras na África. As atenções do próximo item serão para este assunto.

### **3.3.2 Compra de terras**

Ao todo 50 milhões de acres de terras aráveis na África foram comprados por governos e investidores estrangeiros nos últimos dois anos, sendo normalmente adquiridos de pequenos produtores africanos (UPI, 2009). Essas aquisições comprometem 10% das terras que estão sendo cultivadas na África. Determinados Estados do Leste Asiático (China, Coreia do Sul) e do Golfo (Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos) surgem como as principais fontes de investimento. A dependência da importação de alimentos e a disponibilidade de grandes reservas oficiais (oriundas das receitas de petróleo ou de superávits comerciais) são características em comum entre eles (COTULA et al. 2009).

Dentre os principais destinatários desse investimento direto estrangeiro em terras na África estão Sudão, Etiópia, Madagascar e Moçambique. Estes países beneficiários variam muito em termos de PIB, da importância relativa da agricultura na economia nacional, dos enquadramentos legais que regulam a terra e do investimento, da

capacidade do governo para negociar com os investidores. Alguns dos principais países beneficiários são inclusive importadores de alimentos (por exemplo, Sudão).

As estatais chinesas têm se envolvido em discussões sobre a aquisição de terras na África. Na área específica de alimentos, a COFCO, a estatal chinesa de grãos e óleos esteve envolvida em discussões para a concessão de terras para cultivo de arroz e de soja em Moçambique, embora o negócio ainda não tenha progredido. No entanto, até o momento, não são conhecidas aquisições chinesas de terras excedendo 50.000 hectares em que acordos tenham sido firmados e projetos implementados. As terras chinesas normalmente são de médio porte (não maiores que 1000 hectares) e pertencem a organizações para-estatais chinesas (COTULA et al. 2009).

A preocupação com a segurança alimentar é um dos motivos para a aquisição de terras internacionalmente, podendo esta atitude ser interpretada como uma possível solução para enfrentar esse desafio. No entanto, a segurança alimentar não é o único piloto de negócios da terra, e é preciso ter cuidado ao interpretar as motivações dos governos na promoção de IDE agrícolas.

Segundo o estudo de caso sobre a China no relatório conjunto da FAO, IIED e IFAD (2009) a percepção externa comum é de que os chineses estão apoiando as suas empresas a adquirir terras no exterior como parte de uma estratégia nacional de segurança alimentar. No entanto, a evidência para isso é altamente questionável. Em 2008, no contexto da crise global dos preços dos alimentos e da grave inflação dos preços dos alimentos na China, foi elaborado um documento confidencial pelo Ministério da Agricultura da China, no qual tinham argumentos de que o país no futuro não será mais capaz de manter a sua própria segurança alimentar, e que os esforços ativos deveriam ser feitos para garantir concessões de terras no exterior (ANDERLINI, 2008). Esta proposta foi intensamente debatida na China, com analistas afirmando que muitas aquisições de terras no exterior não eram viáveis como uma estratégia de segurança alimentar, devido à logística e ao risco político.

No final de 2008, a agência chinesa responsável pela elaboração dos Planos Quinquenais e pelas estratégias nacionais de longo prazo anunciou uma estratégia em busca da segurança alimentar a “*20-year food security*”. Somado a isso foi declarado na mesma ocasião que aquisições de terras no exterior não seriam parte da estratégia governamental chinesa (XINHUA NEWS AGENCY, 2009). A única exceção a esta seria o cultivo de soja no Brasil. No entanto, alguns analistas argumentam que, mesmo

que os chineses não estejam adquirindo terras para se alimentar, isso acaba sendo uma estratégia de longo prazo não-oficial e que isso tem impulsionado negociações para a aquisição de terras em Moçambique e no Sudão, por exemplo.

Segundo o relatório conjunto da FAO, IIED e IFAD (2009), não há evidências que sugiram estar os investimentos chineses relacionados a possíveis lucros com valorização da terra. O interesse da China está mais relacionado ao fornecimento de produtos agrícolas, sejam eles alimentícios ou não. Desde modo, pode-se inferir que a África, embora não seja explicitado pelo governo sino, vem surgindo como uma alternativa para a questão da segurança alimentar chinesa.

Além da África, outra região que os chineses tem investido e demonstrado bastante interesse é a América Latina.

### **3.4 AMÉRICA LATINA**

O comércio dos chineses com países latino-americanos vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Entretanto, ele caracteriza-se de modo bastante diverso em função das peculiaridades dos países da América Latina. De um lado encontra-se a Venezuela, a qual se beneficia das relações comerciais com a China sendo uma exportadora de petróleo; de outro lado os produtores de matérias primas e alimentos, Argentina, Brasil, Chile e Peru, que se beneficiam do comércio positivo; e sob uma terceira perspectiva o México e os países da América Central; os quais são prejudicados pelas importações de produtos manufaturados e estão tendo seus produtos substituídos no mercado americano (LEÓN-MANRIQUEZ, 2006). Para os fins desse trabalho serão dadas atenções ao segundo grupo, visando analisar a possibilidade desses países auxiliarem os chineses na sua busca por segurança alimentar.

As relações entre os chineses e alguns países latino americanos, principalmente sul americanos, com destaque para Argentina, Brasil, Argentina e Peru, caracterizam-se por alguns processos simultâneos e dinâmicos, sendo os mais importantes o incremento das transações bilaterais, e o aumento do fluxo de investimentos chineses nos países sul-americanos relacionadas a extração de matérias primas e a construção de infra-estrutura (LEÓN-MANRIQUEZ, 2006).

De acordo com Xavier (2008), nos últimos anos as empresas governamentais chinesas aumentaram os investimentos nos países latino-americanos como forma de

garantir acesso a recursos naturais. Em 2004, quando o presidente Hu Jintao esteve na América Latina, foram anunciados 100 bilhões de dólares em investimentos na região. O interesse da China para melhorar a infra-estrutura é grande, pois assim ela facilita o transporte de mercadorias para os portos. Na Argentina, a China se comprometeu a investir 25 milhões de dólares em uma porta a granel e outro 250 milhões em uma estrada entre a Argentina e o Chile facilitar a exportação de matérias-primas na Argentina e nos portos chilenos (BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRÍGUEZ; SANTISO, 2006).

Conforme León-Manríquez (2006), é possível que a fronteira agrícola chinesa passe por um retrocesso, em função de problemas de desertificação e de desflorestamento, nos próximos anos, como já foi relatado anteriormente neste estudo. Deste modo, a crescente demanda do país por alimentos irá aumentar. Caso este prognóstico seja correto, os países latino americanos poderão se beneficiar do comércio de soja, algodão, trigo, carne e lácteos para a China. O caso do complexo soja (sementes e óleo) ilustra a centralidade dos alimentos nas transações sino-sul-americanas. O aumento da exportação de soja não deriva primordialmente de estratégias de conquista de mercado por países latinos, mas sim se explica pela insaciável demanda proveniente dos chineses.

É importante mencionar também que, dentro da realidade latino-americana, as relações entre Brasil e China foram as que obtiveram maior progresso, sendo o Brasil atualmente o maior parceiro comercial chinês na região. Comparativamente, no Brasil, há apenas 52 pessoas por km<sup>2</sup> de terras aráveis, contra uma média latino-americana de 212 e mundial de 492. Isso proporciona a possibilidade de desenvolver um agribusiness altamente eficiente, capaz não apenas de alimentar a sua população como também exportar para o resto do mundo. Há um forte contraste entre a agricultura extensiva e de alta tecnologia do Brasil e a agricultura intensiva de baixa tecnologia da China.

Um possível sinal de que o Brasil possa vir a se tornar uma fonte de fornecimento de carnes para a China no futuro, ocorreu no início deste ano. A China concordou, no dia 19 de maio de 2009, em suspender as restrições à importação de frango brasileiro e em permitir a entrada de um maior volume de carne bovina, reforçando ainda mais a parceria comercial crescente entre os dois países. O governo chinês vai cumprir um acordo firmado em fevereiro e conceder licença de exportação de frango de 24 abatedouros já habilitados (CARTA DA CHINA, 2009).

O consumo crescente de carne da China é uma grande oportunidade não só para o Brasil, mas também para a Argentina, que são grandes produtores de carne. Para se distinguir da indústria de carne chinesa, os produtores latino-americanos poderiam tentar cobrir nichos, como de alta qualidade ou de produtos "verdes", cuja procura pode aumentar conforme o padrão de vida da população aumenta (TRINH, VOSS, DYCK, 2006).

Além do Brasil, o Peru também desenvolveu uma relação estreita com a China a partir da venda de alimentos e matérias-primas. A farinha de peixe representa quase dois terços do valor das exportações peruanas para aquele país. Nota-se uma complementaridade nas relações dos dois países pois, enquanto o Peru é o maior produtor de farinha de peixe do mundo, a China é o principal centro de consumo, e compra mais de 50% do produção peruana (LEÓN-MANRIQUEZ, 2006). Desde 1990, o Peru tem sido um dos parceiros mais importante para o suprimento de material para animais (por exemplo, feno, forragens verdes, carne e farinha de peixe e restos de comida). A sua quota no total das importações da China de alimentos para os animais, em média, foi de cerca de 45% entre 1990 e 2004. A maior parte das exportações peruanas de material de alimentação para a China foram farinha de carne e peixe. Outros exportadores importantes da América Latina como Chile, Argentina e Brasil também exportam farinha de carne e de peixe (TRINH, VOSS, DYCK, 2006).

No entanto, conforme destacado por Cunha (2007), os países latino americanos em suas relações com os chineses, além de apresentarem uma assimetria qualitativa na pauta, revelam-se mais importantes como mercado de absorção das mercadorias chinesas do que como fontes de suprimentos. Entretanto, essa realidade pode se alterar em função do aumento da população chinesa e da intensificação da busca por segurança alimentar e recursos naturais.

Conforme sugerem Trinh, Voss e Dick (2006), a África e a América Latina são objetos de atenção crescente dos estrategistas chineses, o que tenderia a sinalizar para um quadro de maior direcionamento de investimentos diretos e de estabelecimento de contratos de suprimentos de matérias-primas em prazos mais longos. A forte concentração de matérias primas estratégicas na África e na América Latina torna estas regiões bastante favoráveis à absorção dos crescentes fluxos de investimentos no exterior da China. (CUNHA, 2007). Sendo assim, os países latino-americanos são exportadores de commodities e, conseqüentemente, o seu potencial de comércio com a

China está limitado a uma pequena cesta de produtos. Logo, dada a estrutura exportadora da região, há pouca chance de intra-comércio industrial entre a China e a América Latina, exceto nos casos de México e Brasil (LEÓN-MANRIQUEZ, 2006), e mesmo nesses casos, como se observa atualmente há uma prevalência dos produtos manufaturados chineses em detrimento dos latino-americanos.

O governo chinês vai promover o intercâmbio e a cooperação em ciência e tecnologia agrícola com a América Latina, através da realização de programas de formação técnica agrícola e envio de técnicos para a América Latina, assim como já ocorre na África e na ASEAN. Um mecanismo de troca de informações será criado para discutir questões de interesse comum. A cooperação na inspeção da flora e da fauna será intensificada e o comércio agrícola será ampliado, em conjunto, com a defesa da segurança alimentar (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008).

Na concepção da sua política externa para a América Latina, a partir de uma perspectiva regional, a China aumentou as relações entre o país e a América Latina, enquanto a nível sub-regional o governo de Beijing estabeleceu mecanismos de diálogo com o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN em espanhol), que representam os dois principais processos de integração no continente (MALAMUD, 2007).

A região é a maior provedora de alguns produtos para a China, tais como farinha de peixe (81,4% do total importado), soja (60,7%), uvas (60,2%) e açúcar (49,3%) (SICHENG, 2006). Espera-se que até 2020 os efeitos da maior integração dos chineses, em setores como a agricultura da região seja um crescimento da produção agrícola de 4%.

Enfim, o que se observa no que tange à questão da segurança alimentar chinesa fora do território nacional, são apenas alguns sinais, muitas vezes mais relacionados a obtenção de reservas naturais do que propriamente como uma estratégia específica para a segurança alimentar.

## CONCLUSÃO

A China é um país em que se percebe uma civilização em busca de espaço de reprodução e afirmação em uma realidade internacional complexa, na qual não parece ser possível qualquer estratégia isolacionista, tanto na esfera política quanto na esfera econômica. Nos últimos dois decênios a China se converteu em um ator econômico importante a nível mundial. O crescimento da população, a urbanização, o crescimento da renda, a redução nos preços por meio da desregulamentação do mercado doméstico e a maior abertura comercial, além de levaram a um aumento na competição, também são os principais fatores que explicam o crescimento do consumo de alimentos na China.

O esforço chinês para produzir o suficiente para alimentar sua crescente população não passa despercebido no contexto internacional atual. A tarefa de alimentar mais de um quinto da população mundial com apenas 1/15 das terras aráveis do mundo é um grande desafio o qual os chineses estão dispostos a enfrentar. Primeiramente, notou-se neste trabalho que embora a produção alimentar da China tenha crescido ao longo das últimas décadas, no decorrer dos anos as flutuações da oferta de alimentos e dos preços foram significativas. Os chineses passaram a considerar a manutenção de um nível relativamente elevado de auto-suficiência alimentar, evitando choques de oferta, e a estabilização dos preços ao consumidor, questões de segurança e de estabilidade nacional.

Neste trabalho, pode-se perceber também o quão preocupante são algumas questões relacionadas a produção agrícola, tais como a disponibilidade de água e a fertilidade dos solos. Em relação à primeira, com níveis insuficientes de água per capita, com pouca chuva ao norte e enchentes ao sul, além da concorrência entre cidades, indústrias e agricultura, são alguns dos grandes desafios para a produção de alimentos na China. Esse problema ocasionou mudanças na qualidade da terra e respostas de política oficial. Já em relação às terras, a estrutura de produção pulverizada é restritiva para promover ganhos de eficiência na produtividade dos grãos, sobretudo quanto à mecanização e a logística de transporte. A pequena escala dos produtores não tem sido impedimento para a adoção de tecnologias de produção, principalmente devido ao uso de sementes melhoradas e de fertilizantes. Entretanto, as restrições de água e de terra

são determinantes do nível de eficiência e do aproveitamento máximo dos insumos utilizados.

As políticas de reforma na China reconheceram que, dado os limitados recursos naturais, o crescimento da produção agrícola é uma condição necessária, mas não suficiente para a criação de uma economia em expansão rural e para o aumento de renda rural. A reforma institucional e os ganhos de eficiência criaram excedentes de trabalhadores do campo. Além disso, a fim de estimular o investimento em terras por parte dos chineses, restaria ao governo sino criar um mercado de terras bem constituído, entretanto, equilibrando o aumento das terras em áreas mais produtivas e respeitando a agricultura de subsistência em área menos produtivas. Foi possível observar que, embora os chineses sejam a favor de um direito da terra mais seguros, o governo está buscando medidas complementares que não cancelarão todos os benefícios do regime atual de terras coletivas.

Agregar valor à produção agrícola, como forma de gerar renda e dar competitividade ao produtor chinês, tem se transformado em um grande objetivo do Estado. Busca-se agregar valor tanto na produção agrícola, incrementando a produção de frutas e de vegetais, mas, sobretudo, estimulando o desenvolvimento da indústria de processamento de alimentos. Esta última, está se desenvolvendo com muita rapidez. O mesmo pode ser dito sobre o setor varejista. As grandes cidades chinesas em nada perdem para as dos países desenvolvidos na oferta de alimentos no setor supermercadista.

Um fator importante a ser considerado é que os chineses estão mudando seus hábitos de consumo, em função do seu crescimento econômico, da urbanização, do aumento da renda e do padrão de vida. Alimentos que antes não faziam parte da dieta chinesa, tais como carnes e lácteos, hoje estão cada vez mais presentes. Nota-se também um aumento da importação de carne, refletindo a mudança no padrão de vida chinês como um dos efeitos do crescimento econômico, da ascensão pacífica e da abertura chinesa para o mercado externo.

A segurança alimentar na China está muito mais relacionada ao longo prazo do que ao curto, isso torna as ações chinesas atualmente não tão fáceis de serem percebidas. O aumento das importações de cereais da China não crescerá acentuadamente e a nação permanecerá em um nível elevado de auto-suficiência alimentar nas próximas décadas, a longo prazo, a segurança alimentar chinesa será uma

questão de importância tanto nacional quanto internacional. O tamanho da economia e seu rápido crescimento concedem ao país uma influência crucial no desenvolvimento futuro dos mercados mundiais de entradas e saídas de produtos agrícolas e alimentares, no agronegócio e na indústria.

É importante destacar que, embora os avisos de Brown (1995) não estivessem totalmente corretos, eles tiveram um papel fundamental em relação à reflexão acerca da importância da segurança alimentar chinesa e da influência desse assunto no mercado internacional. A escassez de alimentos está direcionando a atenção dos chineses, conjuntamente com a escassez de recursos naturais, para países na Ásia, África e América Latina.

No que tange às relações com ASEAN, África e América Latina, elas se demonstram muito mais fortes atualmente em busca de recursos naturais para a crescente indústria chinesa. No entanto, sinais já foram demonstrados, tais como a compra de terras produtivas na África, a parceria estratégica com países latino-americanos, entre outros, de que os tomadores de decisões chinesas não estão desatentos para essas regiões como fornecedoras de alimentos. Sem dúvida, muitas das percepções dessas atenções as regiões são mais difíceis de serem observadas em função da falta de transparência chinesa nas suas atuações. Ademais, a escala do investimento externo estrangeiro na cooperação sul-sul impulsionada por preocupações com a segurança alimentar não são fáceis de serem determinadas, também, porque muitos acordos relevantes foram assinados recentemente, enquanto outros estão ainda sendo considerados ou em fase de negociação.

As políticas chinesas, do ponto de vista do mercado e do comércio mundial, servem de contrapeso aos problemas de expansão da produção associados às restrições de terra e água e de pulverização da produção. O balanço entre esses dois fatores – políticas estimulando produção embasadas no argumento da segurança alimentar e o peso das restrições no aumento da produção – desenharão a China e seu futuro papel no comércio mundial de alimentos e fibras.

É importante perceber também, até como uma forma de entender a cautela chinesa em abrir seu mercado agrícola, que embora o país esteja em franco processo de urbanização, a palavra consumidor tem um significado diferente para os chineses, em função de grande parte dos consumidores ainda viver no campo. Deste modo, a solução que o governo poderia encontrar se não estivesse sendo considerado o caso chinês seria

a promoção do abastecimento de alimentos a baixo custo, por exemplo, por meio da importação. Entretanto, isso é do interesse do consumidor urbano, mas pune grande parte da população chinesa que vive no campo.

A estratégia chinesa para a segurança alimentar terá de levar ainda mais em conta os dois níveis de Putnam, bem como o complexo jogo entre política externa e política interna. No caso do aumento da produtividade e da manutenção do fornecimento de alimentos há a ambigüidade de proteger o setor agrícola interno, aumentando a produtividade e diminuindo as desigualdades entre meio rural e urbano. Já no campo externo, buscar suprimentos adicionais, lidar com a vontade de organismos como a OMC para a liberalização e diminuição de subsídios ao comércio agrícola. Certamente, um grande desafio.

Por fim, é relevante relatar a importância do assunto “segurança alimentar” para o contexto internacional. Muito pouco tem sido produzido a respeito disso, embora se saiba que é um assunto que abrirá muitas oportunidades e modificará a realidade de vários países. A necessidade de estudos mais aprofundados e de fontes confiáveis de informação são fundamentais para que as reais estratégias chinesas sejam percebidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. **A Potência do Dragão: estratégia diplomática da China**. UNB: Brasília, 1996.

AMARAL, Daniel Furlan. **Efeitos do fim do Acordo Multifibras sobre a produção e o emprego dos setores têxtil e de vestuário no Brasil**. USP, 2008. Disponível em : <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-10072008-154231/> Último acesso: 28/09/2009.

ANDERLINI, J. “China Eyes Overseas Land in Food Push”, **Financial Times**, 8 de maio de 2008. Disponível em:

[http://us.ft.com/ftgateway/superpage.ft?news\\_id=fto050820081438383016&page=2](http://us.ft.com/ftgateway/superpage.ft?news_id=fto050820081438383016&page=2)

ASEAN. **ASEAN trade by selected partner country/region**, 2008. Disponível em : <http://www.aseansec.org/Stat/Table19.pdf> . Último acesso:15/11/2009.

BANCO MUNDIAL. **China Data and Statistics**. 2008 Disponível em : <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFIC/XT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:20601872~menuPK:318976~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:318950,00.html>

BARRETT, Christopher. **Food Security and Food Assistance Programs**. Gard2 v.27/03/2002.

BIJIAN, Z. China’s Peaceful Rise to Great Power Status. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations, 2005.

BLÁZQUEZ-LIDOY, Jorge; RODRÍGUEZ, Javier; SANTISO, Javier. **Angel o demônio? Los efectos Del comercio chino en los países de América Latina**. Revista de La Cepal 90. Dezembro, 2006.

BOLAND, Alana. **Feeding Fears: competing discourses of interdependency, sovereignty and China's food security.** Elsevier Science Ltda Political Geography 19 55-76. 2000.

BRANDT, L., HUNG, J., LI, G, ROZELLE, S. **Land rights in China:facts, fictions and issues'**, *The China Journal*, 47:67–97. 2002.

BROWN, Lester. **Lençóis freáticos em declínio na China poderão brevemente causar elevação mundial nos preços dos alimentos.** WWI-Worldwatch Institute. UMA Universidade Livre da Mata Atlântica. 2001.

\_\_\_\_\_. **Who will feed China?** Wake-up Call for a Small Planet. Norton, New York. 1995.

CARTA DA CHINA. Agenda “relâmpago” de Lula na China tem foco apenas político **Conselho empresarial Brasil-China.** Ano 6. n 47. 18 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/>

CARTER, C.; ZHONG, F.; ZHU, J. **Development of Chinese agricultue since WTO accession.** The Agricultural Economics Society and the European Association of Agricultural Economists, 2009.

CHEN, Chunlai, DUNCAN Ron. **Achienving food security in China: implications of World Trade Organization accession.** ACIAR Technical Reports No. 69, 67, 2007.

CHEN, C. **Changing patterns in China's agricultural trade after WTO accession,** in R. Garnaut and L. Song (eds), *The Turning Point in China's Economic Development*, Asia Pacific Press, The Australian National University, Canberra: 227–55. 2006.

CHEN, Jie. **Rapid urbanization in China: a real challenge soil protection and food security.**Elsevier. Science Direct. 1-15. 2006.

CHINA STATISTICAL YEARS BOOK 2008. Disponível em : [http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/left\\_.htm](http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/left_.htm).

CIA, Facebook. Disponível em : <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> Acessado 2/11/2009.

COTULA, L; VERMEULEN,S; LEONARD, R; KEELEY, J. **Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa**. IIED, FAO, IIFAD, London/Rome. 2009.

CUNHA, André Moreira. **O Boom Chinês e as Economias Latino-Americanas**. Indicadores Econômicos FEE, v. 35, p. 97-112, 2007.

CUNHA, A. M. ; SILVA, Luciana Acioly da. **China: Ascensão à Condição de Potência Global características e implicações**. In: José Celso Cardoso Jr.; Luciana Acioly; Milko Matijascic. (Org.). Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, 2009, v. 2, p. 343-396.

DICK, Patricia Paloci. **A parceria estratégica entre Brasil e China: Contribuição da política Externa Brasileira (1995-2005)**.Dissertação (mestrado em relações internacionais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, UFRGS, 2006.

EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL. Políticas diplomáticas da China. 2009. Disponível: <http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter4/chapter40201.htm>.

FAIRBANK, John King, GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. 3ed.Porto Alegre,RS: L&PM, 2008.

FAO. **Annex 3: Agricultural Policy and Food Security in China**. 2003. Disponível: <http://www.fao.org/docrep/004/ab981e/ab981e0c.htm>.

GOLDSTEIN, Avery. The diplomatic face of China's Grand Strategy: a rising power's emerging choice. **China Quarterly**, v. 168, p.835-864, December 2001.

HO, P. **Who owns China's land? Property rights and deliberate institutional ambiguity**, *China Quarterly*, 166:394–42. 2001.

HONGBIN, Gao. **Main Policies and Measures of China to Safeguard Food Security**. October 19, London, UK, 2008.

HUANG, Jikun, ROZELLE, Scott. **Agricultural development and policy before and after China's WTO accession**. in ANU China food security. 2003.

HUANG, J.K., YANG, J., **China's rapid economic growth and its implications for agriculture and food security in China and the rest of world**, *Management World*, 1:67–76. 2006.

HUANG, Zhixiong. **Doha Round and China's Multilateral diplomacy**. Trabalho apresentado no seminário “China's Multilateral Diplomacy: Strategy and Practice”. Shanghai: Shanghai Institute for International Studies, March 2-3, 2008.

HUTTON, Will. **O Aviso na Muralha: a China e o Ocidente no século XXI**. Traduzido por Roberto Melo, São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

JANE'S. **China Profile Country**. NERINT, 2009.

JIANG, Tingsong. **The impact of China's WTO accession on it's regional economies in Agriculture and food security China**. ANU, 2003.

KONBERG, Judith F.;FAUST, John. **China in World Politics: Policies, Processes, Prospects**. Boulder: Lynne Rienner Publisher, 2 ed., 2005.

LARDY, Nicholas R.. **Integrating China into the Global Economy**, Brookings Institution, Washington, DC. 2002.

LEÓN-MANRIQUEZ, José Luis. **China-América Latina: una relación económica diferenciada**. *Revista Nueva Sociedad*, n.203, mai/jun 2006.

LOHMAR, Bryan. **Market reforms and policy initiatives: rapid growth and food security in China**, *Food Security Assessment*, GFA-13, Economic Research Service, United States Department of Agriculture, Washington, DC:22-30.2002 Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/publications/GFA13/GFA13i.pdf> último acesso 31/10/2009.

LOHMAR, Bryan; SOMWARU, A. **Does China's land-tenure system discourage structural adjustment**, *China's Food and Agriculture: Issues for the 21st Century*, AIB-775, Economic Research Service, US Department of Agriculture, Washington, DC: 39-40.2002.

MALAMUD, Carlos. **Outside players in Latin America (I): China**. Real Instituto Elcano. 4/12/2007.

Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/WP2007/WP50-2007\\_Malamud\\_LatinAmerica\(I\)\\_China.pdf](http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/WP2007/WP50-2007_Malamud_LatinAmerica(I)_China.pdf).

MAXWELL, S.; FRANKENBERGER, T. **Household food security: Concepts, indicators, and measurements**. New York, UNICEF e FIDA. 1992.

MEDEIROS, Evan S; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. **Foreign Affairs**, v.82, nº6, p.22-35, Nov/dec, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA RPC. **China and FAO Sign Historic \$30 Million Finance Deal: Trust Fund Established for Programmes and Technical Cooperation in Agriculture-focus on Africa**. 24/07/2009a. Disponível em: [http://english.agri.gov.cn/ga/ic/200906/t20090624\\_1129.htm](http://english.agri.gov.cn/ga/ic/200906/t20090624_1129.htm) Último acesso: 3/11/2009.

\_\_\_\_\_. **Report on the State of China's Food Security**. Beijing. Abril, 2004.

\_\_\_\_\_. **Utilization of Foreign Capital and International Cooperation in Agricultural Sector**. 24 Jun.2009. 2009b Disponível em: [http://english.agri.gov.cn/sa/ca/oa/200906/t20090624\\_1146.htm](http://english.agri.gov.cn/sa/ca/oa/200906/t20090624_1146.htm).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA **Policy Paper on Latin America and the Caribbean**.05 November 2008 Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t521025.htm>.

NASSAR, André Meloni; NOGUEIRA, Saulo. **Fatores de restrição ao crescimento da produção agropecuária** Agroanalysis FGV Edição N° 12 – Volume 27, dez 2007.

NEGÓCIOS COM A CHINA. Revista Negócios com a China: o essencial nas relações com o país que mais cresce há 25 anos. **ICOOL (Instituto de Cooperação Internacional)**, 2005.

NI, H. **Implications of trade liberalization on agriculture and Farmers in China**. Paper presented at Policy forum on Agricultural Reform and Trade Liberalization in China and Selected Countries: Lessons of Three Decades. Beijing, 2009.

NYBERG, A.; ROZELLE, S. **Accelerating China's Rural Transformation**. Washington, DC: World Bank, 1999.

OBSERVATÓRIO BRASIL CHINA. Comércio bilateral deficitário em 2007. **CNI**. Ano 1. N 1, março de 2008 A. Disponível em: [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br).

\_\_\_\_\_. Comércio bilateral e o impacto da crise. **CNI**. Ano2. N1. outubro/dezembro de 2008 B. Disponível em: [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br).

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O Despertar da China: 1980-2002 crescimento acelerado**. 2 ed. São Paulo:Aduaneiras, 2002.

PEREIRA, Lia Valls, FILHO, Galeno Tinoco Ferraz. O acesso da china à Organização Mundial do Comércio: implicações para os interesses brasileiros. FUNCEX. Setembro de 2005.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de Relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**. Vol 6, n.12, pp. 247-270, 1993.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. International Organization, Vol. 42, No. 3, The Mit Press. pp. 427-460, 1988.

RENA, Ravinder. “**WTO and Agriculture Trade Liberalisation- A Focus on China**”, Ujjain (India): Madhya Pradesh Journal of Social Sciences, Vol.11. No.1 (June), pp.72-78, 2006.

ROSEN, Daniel; ROZELLE, Scott; HUANG, Jikun. **Roots of Competitiveness: China's Evolving Agriculture Interests**. Policy Analyses in International Economics, n.72, julho, 2004.

SHICHENG, Xu. Las diferentes etapas de las relaciones sino-latinoamericanas. **Nueva Sociedad** 203, pp. 102-113, 2006.

SHIN, Wong K. **A China Explicada para Brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2008.

SHROTRIYA, G.C. Fertiliser promotion in fruit and vegetable crops. **Fertiliser Marketing News** 31 (8), 1–7, 2000.

TANG, Charles. **Há nichos de mercado na China para indústria brasileira. Câmara de Comércio Brasil-China**. 18/05/2009 Disponível: [http://www.ccibc.com.br/pg\\_dinamica/bin/pg\\_dinamica.php?id\\_pag=5238](http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5238) Último acesso: 30/05/2009.

TORONTO PUBLIC HEALTH. Food Security: Implications for the Early Years- Background Paper. Toronto, Ontario: Toronto Public Health, 2006.

TREVISAN, Cláudia. **O renascimento do Império China**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

TRINH, Tamara, VOSS, Silja, DYCK, Steffen. **China's commodity hunger Implications for Africa and Latin America**. Deutsche Bank Research, 2006.

UPI. U.N. probes rich states' African land grab. Energy Resources. 12 Nov. 2009. Disponível em : [http://www.upi.com/Science\\_News/Resource-Wars/2009/11/12/UN-probes-rich-states-African-land-grab/UPI-31281258050309/](http://www.upi.com/Science_News/Resource-Wars/2009/11/12/UN-probes-rich-states-African-land-grab/UPI-31281258050309/) Último acesso: 17/11/2009.

VILELLA, Eduardo V.M. **As relações Comerciais entre Brasil e china e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. 2004. Disponível em <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>.

VISÃO DA CHINA. O Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China, Chen Duqing, expõe a complementaridade entre os dois países, os desafios a serem enfrentados por ambos e os avanços no intercâmbio de produtos de maior valor agregado. **Câmara de Comércio Brasil China** 2007. Disponível em : <http://www.ccibc.com.br/download/VISAODACHINA07.pdf> Último acesso: 18/05/2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. O ingresso da China/Taiwan na OMC. **Relações Internacionais Artigos**. 11/2001. Disponível em: [http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_50.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_50.htm)

WANG, G.L.; LIN, W.J. **Contamination of soil from sewage irrigation and its remediation**. Journal of Agro-environment Science 22, 163–166, 2003.

WANG, Yongxiang. Ingresso da China na OMC e relacionamento sino-brasileiro. **Panorama Brasil**. 17 de agosto de 2004. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/slgxx/Notasdambaixada/t150669.htm>

WTO. **Country Profile China**, 2009.

<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=CN>.

XAVIER, Nathaly Silva. **O Gigante Asiático: aspectos político-econômicos da ascensão chinesa (2001-2007)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) UFRGS: 2008.

XINHUA NEWS AGENCY. **China to continue bilateral and multilateral cooperation in agriculture with african countries**. 03 de julho de 2009 disponível em: [http://english.agri.gov.cn/ga/news/200907/t20090707\\_1301.htm](http://english.agri.gov.cn/ga/news/200907/t20090707_1301.htm).

XIURONG, He; HAIFENG, Xiao; PENG, Li; QIRONG, Zhu. **Food Security in China**. ESA/FAO. Outubro, 2003.

YANG, Hong, LI, XIUBIN. **Cultivated land and food supply in China**. Elsevier Science Ltd, 2000.

YANG, Jun, CHEN, Chunlai. **Agricultural trade between China and ASEAN: Dynamics and prospects**. Food Security, 2008.

YAO, Shunli. **Chinese agricultural reform, the WTO and preferential trade negotiations**. In: RAE, A. MIKIC, R. (ed.) **Agricultural trade, planting the seeds of regional liberalization in Asia**. Trade Policy Section, Trade and Investment Division, UNESCAP, pp.187-209, 2007.

ZHOU, Zhangyue, **‘Joining WTO and China’s food security’**, *Association for Chinese Economic Studies (Australia) Newsletter*, 3, 2001.

ZHOU, Jian-Ming. **Is nominal public but de facto private land ownership appropriate? Comparative study among Cambodia, Laos, Vietnam; Japan, Taiwan Province of China, South Korea; China, Myanmar; and North Korea**, EUI Working Paper ECO No. 98/12, Economics Department, European University Institute, Florence, 1998.

ZWEIG, David, JIANHAI, Bi. China' a Global Hunt for Energy. **Foreign Affairs**, v.84, n.5, p.25, sep/oct, 2005.